

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA
VIDA E SAÚDE

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, POR QUE TE QUERO?
PERCEPÇÕES DE EDUCADORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DE PORTO
ALEGRE SOBRE AS POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DA PRÁTICA DA
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR**

Hayde Raquel Lorenzi

Porto Alegre

2023

Hayde Raquel Lorenzi

*EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, POR QUE TE QUERO?
PERCEPÇÕES DE EDUCADORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DE PORTO
ALEGRE SOBRE AS POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DA PRÁTICA DA
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. José Claudio Del Pino

Coorientadora: Profª Drª. Luciana Dias de Oliveira

Porto Alegre

2023

Hayde Raquel Lorenzi

***EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, POR QUE TE QUERO?
PERCEPÇÕES DE EDUCADORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DE PORTO
ALEGRE SOBRE AS POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DA PRÁTICA DA
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. José Claudio Del Pino

Coorientadora: Profª Drª. Luciana Dias de Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

José Claudio Del Pino- Orientador- UFRGS

Luciana Dias de Oliveira- Coorientadora- UFRGS

Ana Luiza Sander Scarparo- IPEGS e Conselho Regional de Nutricionistas.

Tatiana de Souza Camargo- UFRGS

Maurem Ramos- UFRGS

Eniz Conceição Oliveira- UNIVATES

CIP - Catalogação na Publicação

Lorenzi, Hayde Raquel

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, POR QUE TE QUERO? PERCEPÇÕES DE EDUCADORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DE PORTO ALEGRE SOBRE AS POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR / Hayde Raquel Lorenzi. -- 2023.
125 f.

Orientador: José Claudio Del Pino.

Coorientador: Luciana Dias de oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Infância. 3. Formação docente. 4. Ensino. I. Del Pino, José Claudio, orient. II. oliveira, Luciana Dias de, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me sustentar de diferentes formas em todos os momentos que realmente dependi Dele e também nos momentos que minha fé faltou.

Ao meu orientador José Cláudio Del Pino por aceitar o desafio de me orientar, por sua paciência e profissionalismo.

A Luciana que foi mais que foi a pessoa que me incentivou e desafiou a realizar essa pesquisa.

A Ana Luiza pelo apoio e pelo exemplo de profissional e principalmente no início desta jornada.

A cada amigo e familiar que em algum momento se fez presente me incentivando e apoiando de alguma forma.

Sempre serei grata aos meus alunos que foram e são fonte de inspiração para continuar acreditando que é possível realizar uma docência transformadora baseada no afeto e na responsabilidade social.

Também sou grata a instituição que nos acolheu para realizar esta pesquisa, bem como a todas as que participaram de alguma forma.

*Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas
mais que a dos mísseis.
Tenho em mim
esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância
de ser feliz por isso.
Meu quintal
É maior do que o mundo.*

Manoel de Barros

RESUMO

O presente trabalho foi realizado em uma instituição privada do município de Porto Alegre e teve como objetivo geral investigar o conhecimento e a adesão às práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar privado e criar uma proposta de trabalho para sensibilizar e instrumentalizar professores acerca destas práticas. Buscou-se suporte teórico em autores de referência para a área da educação e relevantes para este estudo, e na legislação brasileira. A pesquisa consiste em um estudo de caso, transversal e experimental com abordagem qualitativa e quantitativa, e utilizou de diferentes técnicas para coletas de dados, como entrevistas e observações, grupo focal e questionário. Os resultados do grupo focal foram analisados em dois eixos de discussão: eixo 1: a referência do adulto como exemplo para a formação do sujeito; eixo 2: a importância da formação docente para estabelecer a EAN no ambiente escolar; eixo 3: a importância da EAN no ambiente escolar. As respostas do questionário foram divididas em 3 categorias de análise: o ambiente escolar e a promoção EAN; organização curricular; formação docente. Conclui-se neste trabalho que os profissionais da educação reconhecem a importância da educação alimentar e nutricional e que a escola pode contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis. Porém, os profissionais não se sentem aptos ou seguros pela falta de formação adequada e materiais de apoio sobre a temática. Os educadores também entendem o potencial interdisciplinar da temática alimentação. A parceria com as famílias e a afetividade também influenciam na promoção da EAN no ambiente escolar.

Palavras Chave: Educação Alimentar; Formação docente; Infância; Ensino.

ABSTRACT

This work took place in a private institution in the city of Porto Alegre and has as its primary goal to investigate the awareness and application of the Food and Nutritional Education program (EAN) in the private school sector and to develop a project to reach teachers and provide ways for them to implement these practices. The theoretical foundation was based on relevant authors in the educational relevant to this study and Brazilian legislation pertaining to this theme. This research project is considered a case study of a transversal and experimental nature with a qualitative and quantitative approach. Data collection methods were applied: interviews and observations, focal groups and questionnaires. The results of the focal group were sorted into three sections. Section 1: The adult's reference point acts as an example that shapes the child. Section 2: The importance of the Teacher's qualification in establishing the EAN program. Section 3: The importance of NDE in a schooling environment. The questionnaire's answers were divided into three categories for analysis: The school environment and the promotion of the EAN program; Curricular structure, and the Teacher's educational background. It was concluded that education professionals are aware of the importance of the Food and Nutritional Education program and that the school can play an important role in the developing of healthier eating habits. However, education professionals do not feel apt or confident in their knowledge due to a lack of proper training and information about the subject. These workers also understand the multidisciplinary potential of working with this theme in schools. The partnership between families and the personal bonds forged are also factors that can influence the promotion of the EAN program in the school environment. It is also understood that it is essential to sensitize education professionals about the subject besides offering further study and training. That way, teachers will commit themselves to teach this subject despite the obstacles that the school's day-to-day presents because they will comprehend the role the school environment plays in maintaining an individual's health, as well as their social and environmental responsibility.

Keywords: Food and Nutritional Education program. Qualification of education professionals. Childhood. Preschool. Elementary School. Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Figura 1 – Alfabetização e Letramento	34
Figura 2 – Página inicial do site: imagem 1	86
Figura 3 – Página inicial do site: imagem 2	86
Figura 4 – Página 3 do site	87
Figura 5 – Subpágina do site: atividade culinária	87
Figura 6 – Subpágina do site: 10 passos para uma alimentação saudável	87
Figura 7 – Subpágina do site: Relatos de boas práticas pedagógicas	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Orientações da BNCC para Ensino fundamental	16
Quadro 2 – Orientações da BNCC para Educação infantil	17
Quadro 3 – Quadro resumido das etapas da pesquisa	39
Quadro 4 – Participantes do grupo focal	41
Quadro 5– Roteiro de perguntas semiestruturadas, utilizado ao longo da entrevista no grupo focal	51
Quadro 6- Perfil das participantes do grupo focal- artigo	52
Quadro 7 – Perfil dos participantes	68
Quadro 8 – O ambiente escolar e a promoção EAN	72
Quadro 9 – O currículo e EAN	76
Quadro 10 – Formação de professores	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O TEMA “ALIMENTAÇÃO” NO CURRÍCULO ESCOLAR: UNINDO SABERES	13
2.1 Educação alimentar e a escola	13
2.2 Educação alimentar e nutricional, e autonomia alimentar	17
2.3 O ensino para uma aprendizagem significativa	22
2.4 Formação docente	27
2.5 Interdisciplinaridade – Articulando saberes e experiências	30
2.6 Letramento alimentar	34
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	36
3.1 Objetivos da pesquisa	38
3.2 População da pesquisa	39
3.3 Procedimentos de coletas de dados	39
3.3.1 PRIMEIRA ETAPA – OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS	40
3.3.2 SEGUNDA ETAPA – GRUPO FOCAL	40
3.3.3 TERCEIRA ETAPA – QUESTIONÁRIO	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 Relato das observações e das entrevistas com as coordenações pedagógicas	44
4.2 ARTIGO 1: Educação Alimentar e Nutricional como uma prática na escola: A visão do professor	47
4.3 Análise quantitativa	67
4.3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO	67
4.3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISES	70
4.3.2.1 O AMBIENTE ESCOLAR E A PROMOÇÃO DA EAN	69
4.3.2.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E A EAN	73
4.3.2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	79

5 FERRAMENTA DE APOIO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ABORDAGEM EM EAN	85
6 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	101
ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

Este projeto parte do interesse pessoal em ter uma formação docente qualificada no que diz respeito ao tema alimentação saudável no ambiente escolar. Interesse este que, aliado à experiência vivida no cotidiano da escola privada, levou a refletir sobre a necessidade de proporcionar para os alunos experiências significativas em relação aos alimentos e à manutenção da saúde a partir da alimentação. Mas para que isto aconteça de maneira eficaz, verifica-se a importância de debater com colegas educadores os conceitos relevantes sobre o tema, a fim de trabalhá-lo de modo transversal.

Durante o período do curso de Pedagogia busquei ampliar meus conhecimentos sobre alimentação e nutrição para conseguir auxiliar crianças e jovens na compreensão da importância e da complexidade deste assunto. Porém, apesar de procurar - até em outros cursos da universidade - disciplinas que preparassem professores para trabalhar este tema, o resultado sempre foi escasso e insuficiente. Sendo assim, surgiu o interesse em dar continuidade à formação acadêmica, unindo as áreas da educação e da nutrição. Por entender que a infância é a fase em que o sujeito estabelece princípios para comportamentos que seguirão ao longo da vida, incluindo os que são relativos à alimentação, se faz necessário o reconhecimento de que a escola, além da família, representa um ambiente importante para influenciar crianças e adolescentes sobre o processo alimentar (BRASIL, 2006).

Para dar sustentação a este trabalho, realizou-se uma discussão baseada na legislação vigente no Brasil que visa a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, bem como a legislação que inclui educação alimentar e nutricional (EAN) no currículo do ensino básico, como: o Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas (BRASIL, 2012); o Decreto Nº 8.553, de 3 de novembro de 2015; a Resolução de CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013; a Portaria Interministerial Nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional; o Guia alimentar para a população Brasileira (2014).

Discutiu-se também sobre a importância da formação adequada de professores para Educação Alimentar e Nutricional nas diferentes etapas do ensino básico,

utilizando autores como: Bezerra (2018); Scarparo (2017); Tardif (2012); e Becker (2012). Ainda, espera-se utilizar os conceitos de uma pedagogia crítica e voltada para a autonomia proposta por Freire (1996) e de uma educação transdisciplinar baseada na complexidade humana segundo Morin (2000).

Diante do exposto, bem como do desconhecimento de diretores e professores das diretrizes para a promoção da alimentação saudável, da falta de formação dos professores sobre o tema alimentação e nutrição, da necessidade de sensibilizar os professores para desenvolverem ações de EAN e da escassez de estudos no âmbito da alimentação nas escolas particulares, acredita-se que a realização deste trabalho terá importante papel para efetivar as ações para a promoção da alimentação saudável nas escolas.

2 O TEMA “ALIMENTAÇÃO” NO CURRÍCULO ESCOLAR: UNINDO SABERES

Neste trabalho propusemos um olhar para a educação alimentar com base na legislação vigente no Brasil, dialogando com princípios teóricos de alguns autores importantes para a educação, como Paulo Freire, Edgar Morin, Gaston Bachelard, Jean Piaget, David Ausubel, entre outros autores e estudiosos que aparecerão ao longo deste trabalho.

2.1 Educação alimentar e a escola

Por entender que a infância é a fase em que o sujeito estabelece princípios para comportamentos que seguirão ao longo da vida, incluindo os que são relativos à alimentação, se faz importante o reconhecimento de que a escola, além da família, representa um ambiente importante para influenciar crianças e adolescentes sobre o processo alimentar (BRASIL, 2006).

Para Accioly (2009), a família é responsável por promover a inserção da criança no mundo e apresentar-lhe todos os primeiros sentidos de proteção e afeto, por isso a maneira como este grupo realiza o processo de alimentação implica diretamente na formação dos primeiros hábitos alimentares do sujeito. Conforme a criança vai tendo contato com outros grupos, tais hábitos podem ser influenciados por novos saberes e sentimentos. Os hábitos alimentares além das preferências individuais por

determinados alimentos e dos costumes adquiridos ao longo da vida de uma pessoa, evidenciam também questões culturais, ideológicas, econômicas e sociais (ACCIOLY, 2009, p. 1).

Os hábitos alimentares, via de regra, são estabelecidos durante os primeiros anos de vida. Fazem parte da cultura e identidade dos povos e nações e são modificáveis por pressões econômicas, sociais e culturais (ACCIOLY, 2009, p. 1).

Associado a isso, observa-se um fenômeno de transição no padrão alimentar da população decorrente das mudanças de comportamento a partir de transformações sociais, econômicas e tecnológicas permitindo que as pessoas tenham acesso rápido a comidas prontas, pois a organização da família hoje com pais e mães estando no mercado de trabalho, estes já não possuem a mesma disponibilidade de tempo para preparar os alimentos em casa como antigamente.

Além disso, com a variedade de produtos industrializados que as crianças são expostas e estimuladas pela publicidade da indústria alimentícia, há um maior consumo de alimentos processados e ultra processados com alto teor de gorduras, açúcar e sódio, deixando de ingerir alimentos naturais e minimamente processados, “Esse fenômeno associado ao aumento do sedentarismo contribui para as crescentes taxas de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes e hipertensão”. (POPKIN, 2012).

Cabe referir que cada vez mais as crianças permanecem nas instituições escolares, principalmente os que ficam em turno integral. Portanto, promover e incentivar experiências positivas sobre alimentação saudável passa a ser um dever da escola, como espaço integrador de saberes e que alcança grande parte da população infanto-juvenil do país, e que pode estimular e auxiliar os alunos a desenvolverem uma consciência crítica no que diz respeito às suas escolhas e práticas alimentares.

A obesidade tem maior frequência entre alunos de escolas particulares do que de escolas públicas (OLIVEIRA, 2003; ANDRADE, 2006). Uma possível causa é que os melhores índices socioeconômicos da criança da rede privada, bem como o tipo de alimento disponível na escola, ofereçam maior acesso a alimentos industrializados e com alto teor de gordura saturada (CALDEIRA, 2008). As crianças são mais

suscetíveis ao consumo de alimentos processados, ricos em sódio e açúcar, que aumentam os índices da obesidade infantil e doenças associados a esta condição.

Por esse motivo, busca-se suporte na legislação brasileira para tentar proteger, também através da educação, a população infantil. Atualmente há um conjunto de leis e documentos que favorecem o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional em espaços diferentes, entre eles, a escola talvez seja o mais promissor pelo fato de atingir diariamente a maior parte da população, porém, para que de fato isso aconteça é necessário compreender os objetivos, apoiar as ações voltadas para EAN e investir na formação dos profissionais que estarão diretamente ligados neste processo.

As discussões sobre a alimentação ocorrem em diferentes âmbitos sociais e políticos, pois estão relacionadas com várias outras questões que são pertinentes ao bem-estar do ser humano e ao meio ambiente. As transformações da ciência e das relações sociais que ocorrem ao longo do tempo também influenciam os conhecimentos sobre segurança alimentar e acesso à alimentação saudável e adequada à saúde das pessoas, tornando esta discussão dinâmica e aberta, pois está em constante movimento (BRASIL, 2013).

A alimentação é garantida como um direito de todo o ser humano pela Constituição Federal nos artigos 6º e 227º, como também está presente no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Lei 11.346/2006, a LOSAN, reforça que a alimentação é um direito essencial à dignidade do ser humano e que o poder público deve viabilizar ações e políticas que assegurem o “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade” e a “segurança alimentar e nutricional da população”, promovendo as boas práticas alimentares que além de fazer a manutenção da saúde, também devem ser sustentáveis nos aspectos: ambiental, cultural, econômico e social.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) também define a alimentação como um direito humano básico e que deve unir o acesso “permanente e regular” à “prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo” e que ainda deve respeitar “as necessidades alimentares especiais”. O Guia refere também que a alimentação deve ser equilibrada em quantidade e qualidade, deve respeitar as questões culturais estabelecendo a conexão da boa nutrição ao prazer

Já para o ensino fundamental, os conteúdos são definidos por Áreas do Conhecimento, como linguagens, matemática e ciências da natureza e ciências humanas, e cada uma delas possui competências específicas.

Para os anos iniciais do ensino fundamental, a temática alimentação está prevista para ser trabalhada no 5º ano nas ciências da natureza. Aparece como objetivo de conhecimento na unidade temática “vida e evolução”.

Quadro 2 – Orientações da BNCC para Educação Infantil

Unidade temática	Objetivo de conhecimento
Vida e evolução	<ul style="list-style-type: none">- Nutrição do organismo;- Hábitos alimentares;- Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.

Fonte: BNCC.

Segundo o documento, para a área das ciências da natureza para o ensino fundamental, considera-se importante garantir a diversidade de conhecimentos científicos para os alunos, através da articulação dos diferentes campos de saber (BRASIL, 2018).

Espera-se, desse modo, possibilitar que esses alunos tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum (BRASIL, 2018, p. 322).

Nos outros anos do ensino fundamental o tema alimentação não aparece diretamente, porém é possível relacioná-lo com outros conteúdos. Além disso, refere que o assunto deve ser trabalhado nas disciplinas de ciências e biologia, respeitando e valorizando as diferenças culturais e regionais (BRASIL, 2018).

2.2 Educação alimentar e nutricional, e autonomia alimentar

A alimentação “adequada e saudável” é um direito de todo sujeito, garantido por diferentes leis que visam os direitos e deveres humanos, mas para isso de fato acontecer, deve respeitar o “acesso permanente e regular” bem como considerar os “aspectos biológicos e sociais” entre outras questões que envolvem essa prática (BRASIL, 2014, p. 9).

A essa capacidade de optar entre as alternativas existentes, de maneira instrumentalizada, consciente e deliberada, se pode chamar de autonomia, como sendo a liberdade de escolha diante, inclusive e sobretudo, dos apelos da grande indústria na mídia, diante da ruptura com hábitos alimentares anteriores e não saudáveis (BARBOSA et. al, 2012, p.4)

A boa alimentação pode melhorar nossa imunidade e contribuir para a manutenção da boa saúde e segundo o *Guia Alimentar para a população brasileira* (2014), devemos dar preferência para alimentos *In Natura*, ou seja, alimentos que não sofrem alteração depois de extraídos da natureza como as frutas, verduras, leite, ovos e carnes, e também alimentos minimamente processados, que são aqueles que passaram por poucas transformações, como, por exemplo, arroz, feijão, queijo, iogurte, pães etc., que não foram adicionadas outras substâncias no produto final como corantes, conservantes, aromatizantes e outros aditivos químicos. Além destas recomendações, o *Guia Alimentar para a População Brasileira* faz outras recomendações que podemos conferir nos “Dez passos para uma alimentação adequada e saudável” (BRASIL, 2014).

Desde a escolha dos alimentos até a preparação das refeições, dependemos de muitos fatores relacionados às questões biológicas, ideológicas, econômicas e culturais que afetam nossas formas de realizar esse movimento diário e necessário à nossa sobrevivência e bem-estar. Deve-se salientar que a alimentação é muito importante para nossa saúde física e emocional, mas ao contrário de como geralmente entendemos e propagamos essa ideia, a alimentação começa muito antes da ação de ingerir os alimentos. Afinal, qual a diferença entre comer e se alimentar? Como, quando e com quem fazemos isso? (SCARPARO, 2017; BRASIL, 2014).

Somos conectados à alimentação desde o nosso nascimento, criando hábitos alimentares a partir das condições familiares e culturais disponíveis. Se torna algo tão natural que acabamos muitas vezes minimizando esse processo, relativizando-o em detrimentos de tantas outras demandas do cotidiano. Porém, todos os dias milhões de pessoas passam fome enquanto toneladas de alimentos são descartados no lixo, expondo a incoerência de uma sociedade que prega a empatia e a solidariedade, mas desconsidera a importância de educar para a consciência e o respeito por aquilo que move o mundo diariamente.

Segundo Maria Cristina Faber Boog (2004), a educação nutricional é:

Um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, apoiadas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, visando ao acesso econômico e social a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social. (BOOG, 2004, p. 18).

Para que a educação nutricional voltada à segurança alimentar se estabeleça de modo eficiente, a autora defende que esta deve estar “contextualizada em programas e ações abrangentes” e para isso propõe quatro pontos importantes: direito à alimentação, promoção à saúde, sustentabilidade ambiental e cuidado. Para Boog (2004) as fontes de informações da população sobre segurança alimentar se dão através das instituições de ensino e por outros meios formais ou informais.

Mas há uma questão levantada pela autora que deve ser pensada principalmente na escola privada, onde seu público é, em grande maioria, das classes privilegiadas da sociedade. A necessidade de pensar no outro para que se estabeleça uma noção do coletivo social. Enquanto uma parte da população passa fome, outra parte nunca precisou pensar neste assunto (BOOG, 2004, p.19) segundo a autora, isso gera um distanciamento que impede a promoção de uma consciência que irá beneficiar a população como um todo, mas principalmente os menos favorecidos. Por esse motivo há um “problema” que traz a dificuldade de “[...] estabelecer o que deve ser ensinado para começar a transformar a nossa sociedade em uma sociedade livre da tragédia da fome.” (BOOG, 2004, P. 19).

Os sujeitos devem compreender e aceitar a responsabilidade sobre o próprio consumo alimentar e a relação de dependência com o meio que vivem (MORIN, 2000). Portanto, a educação alimentar e nutricional deve promover em primeiro lugar a consciência do comportamento individual que compromete o aspecto global das questões alimentares. É necessário legitimar a educação para a construção da autonomia alimentar visando um comprometimento social coletivo. O objetivo é “atingir a população como um todo” para a conscientização de um conjunto de “valores e de condutas” que abrangem o ato de alimentar e o alimento propriamente dito. (BOOG, 2004, p.19).

À educação nutricional compete incentivar a adoção de padrões alimentares sustentáveis e, sobretudo, éticos, isto é, que preservem a saúde, a cultura, o prazer de comer, a vida, os recursos naturais e a dignidade humana (BOOG, 2004, p. 20).

É importante e urgente promover a reflexão e incentivar através de diferentes ações que crianças e adolescentes desenvolvam a capacidade de interpretar e analisar as informações sobre alimentação, uma vez que, todo tipo de informação – confiável ou não – são difundidas através dos diferentes meios de comunicação e das redes sociais.

Um dos princípios importantes para contribuir com o desenvolvimento de uma “relação saudável com a alimentação”, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira menor de 2 anos, é incentivar a autonomia das crianças (BRASIL, 2019, p. 19).

Incentivar a autonomia da criança é fundamental para construir uma boa relação com a comida. Esse exercício pode acontecer em situações do cotidiano relacionadas à alimentação, como deixar que ela escolha os alimentos entre opções saudáveis oferecidas a ela; experimentar novos sabores, cheiros e texturas; tentar comer sozinha; comer junto com a família, entre outras. Preparar um ambiente favorável para que isso aconteça, respeitar o tempo de cada criança, observar e responder aos seus sinais de fome e de saciedade e a suas outras reações favorecem o protagonismo da criança na sua história com a alimentação (BRASIL, 2019, p. 19).

O desenvolvimento da autonomia alimentar permite ao sujeito discernir sobre sua relação mais profunda com a comida e o processo de alimentar-se – produção, preparação e consumo – mas também, o quanto este processo está implicado e relacionado com diferentes setores da sociedade. Tornando a alimentação uma ação para além do cuidado individual, mas um ato de responsabilidade coletiva.

Assim, o desenvolvimento autonomia alimentar contribui para que o sujeito consiga refletir criticamente sobre seu comportamento individual e coletivo, através da compreensão da subjetividade humana e das dinâmicas sociais que constroem suas percepções sobre alimentação e tudo que está envolvido com esta temática, tornando-o mais consciente e competente em suas escolhas alimentares. Enfim, “ter mais autonomia significa conhecer as várias perspectivas, poder experimentar, decidir, reorientar, ampliar os objetos de investimento relacionados ao comer e poder contar com pessoas nessas escolhas e movimentos.” (BRASIL, 2013, P. 23).

A partir da educação alimentar é possível dar visibilidade às problemáticas atuais e futuras acerca de discussões pertinentes sobre os impactos ao meio ambiente e a importância do contato e preservação da natureza, as questões sociais e políticas que envolvem esse tema, e o respeito às questões culturais que envolvem o ato de se alimentar, entre outras questões.

Vários os documentos – entre tratados e leis – exaltam os direitos e deveres do ser humano como cidadão de qualquer país ou estado. À escola cabe o compromisso de contribuir, através de um ensino de qualidade voltado para a educação integral e uma visão global sobre as diferentes temáticas, permitindo assim, que tais direitos e deveres sejam não somente conhecidos, mas principalmente reconhecidos como parte da condição humana para que haja uma permanente reflexão sobre responsabilidade e solidariedade para o cuidado de si e do outro. As pessoas só encontram sentido nos discursos quando estes vêm seguidos da ação (FREIRE, 1996, P.34), portanto, a educação precisa urgentemente unir teoria e prática para contribuir na construção de novos padrões sociais, já que “a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (FREIRE, 1996, P. 98).

Quase um bilhão de pessoas passam fome no mundo, apesar da produção de alimentos não ser o motivo para isso acontecer, e sim é o “resultado da injustiça social” que existe no planeta. Por esse motivo é importante pensar não somente na produção de alimentos, mas também a distribuição e acesso da população a “alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável.” (BRASIL, 2013, p. 12).

Segundo as autoras Barbosa, Machado, Soares e Pinto (2012), ao propor a educação alimentar e nutricional visando a autonomia alimentar de seus alunos, a escola não deve restringir a abordagem desta temática focando apenas nos “alimentos e seus nutrientes”, pois

O alimento e a alimentação ao se apresentarem como elementos pedagógicos no espaço escolar, compondo propostas efetivas envolvidas com o currículo, poderão propiciar discussões que avançam em direção a análises mais ampliadas da realidade social e possibilitar o entendimento do espaço escolar como favorecedor de ações transformadoras da realidade social (BARBOSA et. al, 2012, P. 4).

Assim como acontece no ensino das linguagens e das ciências exatas, é preciso criar um padrão de ensino sobre a alimentação, para que se construa um alinhamento entre o conhecimento e as necessidades de aprendizagem dos alunos de acordo com as capacidades cognitivas de cada faixa etária, construindo assim, um currículo adequado para promover de fato o que podemos chamar de consciência alimentar, que é um conjunto de percepções e habilidades sobre a prática alimentar e suas implicações para o bem individual e coletivo, assim como as problemáticas que

envolvem os alimentos. O desenvolvimento dessa consciência se torna uma habilidade que influencia diretamente no comportamento do indivíduo em relação às suas escolhas e ao consumo alimentar. O objetivo da escola deve ser de promover o desenvolvimento dessa habilidade ao longo do processo educativo, auxiliando no desenvolvimento da autonomia alimentar a partir de uma consciência crítica e do constante questionamento sobre as situações reais que se apresentam aos indivíduos (BEZERRA, 2018, P. 72), instituindo no currículo escolar uma proposta que valorize de fato a educação alimentar e nutricional como forma de atingir uma formação integral dos alunos neste sentido. Deve-se, portanto, diferenciar atividades e conteúdos conforme cada etapa de ensino, buscando preparar o aluno para a etapa seguinte e que deve propor uma discussão mais complexas, abordando eixos diferentes conforme os conhecimentos já adquiridos nas etapas anteriores.

Entende-se com isso que, a EAN deve contribuir para o progresso das aprendizagens sobre alimentação e todas as suas implicações, e não se satisfazer com o ensino sem sentido de conceitos básicos apenas. O objetivo deve ser formar indivíduos capazes de compreender o processo alimentar como um todo, conduzindo de maneira “voluntária e intencional” suas escolhas relacionadas à alimentação, relacionando e objetivando o cuidado da saúde ao bem-estar físico e emocional ao mesmo tempo que suas ações reflitam o respeito pelo bem coletivo (BRASIL, 2012).

2.3 O ensino para uma aprendizagem significativa

Para começar, enfatizamos a importância de se buscar um princípio ético balizador das relações entre os sujeitos da educação. Neste sentido, há uma necessidade de construir uma relação entre educadores e alunos, famílias e escolas, coordenações/direções escolares e professores, baseados em ações que promovam sentimentos de confiança e respeito. Sentimentos que constituem uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades sociais e a busca por um conhecimento que se torne eficaz na vida das pessoas no dia a dia, e para isto acontecer deve-se propor uma conexão entre saberes científicos e um olhar crítico sobre as realidades vividas e sentidas pela comunidade escolar.

Ensinar demanda tempo, ética, pesquisa, estudo e preparo emocional. Paulo Freire, em sua *Pedagogia da autonomia* (1996), relaciona alguns aspectos

importantes no ato de ensinar, e delinea alguns aspectos que podem contribuir para um ensino voltado para o bem do indivíduo e da sociedade como um todo. A docência exige que o professor se torne o primeiro alvo de sua ação, comprometendo-se antes de tudo em SER um profissional capacitado para exercer sua função. Algumas exigências são: “Pesquisa; Respeito ao saber dos educandos; Criticidade; Corporeificação da palavra pelo exemplo; Risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; Curiosidade” entre outras exigências (FREIRE, 1996).

O professor deve mobilizar o grupo direcionando sua atenção ao objeto do conhecimento, levando-as à sua compreensão total. Devemos provocar os alunos, preparando-os para se tornarem capazes de avaliar tal objeto em todas as suas implicações, sejam elas sociais, ambientais, culturais, políticas, entre outras questões. O aprendiz deve estar mobilizado, interessado em conhecer o objeto e para isso ele fará um investimento emocional e cognitivo, o que irá fazer com que ele retenha mais informações e, assim, realize mais conexões em relação ao tema estudado, favorecendo certamente sua aprendizagem (VASCONCELOS, 2005).

Tão importante quanto promover o conhecimento trazendo informações sobre o tema, também é variar a forma de expor tal conteúdo. Logo, devemos buscar promover um ambiente educador que vá além da sala de aula. O espaço escolar deve colaborar no processo de aprendizagem dos alunos, dando visibilidade, bem como continuidade aos projetos realizados dentro das salas de aulas. Logo, o espaço escolar, se bem utilizado, colabora para a aprendizagem de todos que ali circulam.

As crianças são extremamente curiosas e se motivam ao serem desafiadas, portanto, devemos aproveitar estas características para promover as aprendizagens a partir de ações instigantes e que levem em consideração as diferentes faixas etárias e conhecimentos prévios dos alunos. Diante das habilidades cognitivas das crianças e ciente das etapas cognitivas pelas quais o ser humano evolui, devemos elaborar desafios adequados às suas capacidades, proporcionando e instigando o seu progresso intelectual.

Piaget destaca as fases do desenvolvimento mental do ser humano. Tais fases são divididas em quatro períodos e subdivididas em estágios ou níveis. Cada período tem características específicas, mas vale ressaltar a importância de respeitar as

particularidades e o tempo da criança, pois essas fases marcadas por Piaget são referências não absolutas, mas sim uma orientação geral do comportamento dos sujeitos durante sua vida, podendo acontecer variações (MOREIRA,2018).

O processo de desenvolvimento cognitivo na criança, segundo Piaget, se dá entre o sujeito e o meio, o que provoca a reação do organismo em responder e adaptar-se às mais variadas situações. A mente do sujeito irá buscar um recurso que já possui ou criar um mecanismo para lidar com uma determinada circunstância. Dessa maneira a estrutura cognitiva vai se desenvolvendo e adquirindo novos conhecimentos. Esta relação provoca um desequilíbrio momentâneo, pois é necessário adaptar-se à nova informação conectando-a a estruturas mentais que o sujeito já possui. A assimilação é a resposta às novas situações a partir de recursos mentais que o sujeito já possui. A acomodação é a criação de um novo mecanismo para conseguir responder a determinada situação. A equilibração é quando ocorre, a partir da assimilação e da acomodação, um ajustamento deste novo conhecimento na estrutura cognitiva do sujeito, criando assim, uma nova rede de entendimento (MOREIRA,2018).

Para Piaget, a aprendizagem acontece quando a estrutura cognitiva é modificada. Quando, através de assimilações e acomodações, o sujeito transforma-se e organiza-se para compreender o mundo ao seu redor, de modo que a aprendizagem se solidifica, tornando-se parte de si sendo possível acessá-la facilmente. Na teoria piagetiana a função da ação é importante para viabilizar o conhecimento, superando a oposição entre sujeito-objeto (BECKER, 2001, p. 37). Piaget ainda ressalta a importância da relação do sujeito com o meio para o desenvolvimento das suas aprendizagens.

Segundo Becker (2001), na perspectiva de uma pedagogia freireana ou construtivista, o conhecimento não está no sujeito e nem no objeto ou no meio, mas sim no encontro de um com o outro e na fusão que acontece, no interesse que há e na relação direta entre eles, ou seja, “o conhecimento se dá por um processo de interação radical entre o sujeito e o objeto, entre o indivíduo e sociedade, entre organismo e meio” (BECKER, 2001, p. 36).

Segundo Moreira (2018) a teoria de Ausubel também dedica sua atenção para a aprendizagem ocorrida em sala de aula. Ele destaca três tipos de aprendizagem:

cognitiva, afetiva e psicomotora. A aprendizagem cognitiva é o armazenamento de informações de maneira organizada na mente do indivíduo. A aprendizagem afetiva é dada a partir de sentimentos ou experiências emocionais. A psicomotora envolve a respostas musculares devido à prática e treino. Mesmo sendo três aprendizagens distintas, Ausubel destaca que uma pode implicar na aquisição da outra, e apesar do teórico dirigir sua atenção para a teoria cognitiva, considera que a experiência afetiva também é importante (MOREIRA, 2018).

Para o teórico, um fator importante para a aprendizagem do aluno é o conhecimento que ele já possui. Quando o aluno já tem um conhecimento prévio sobre determinado conteúdo, isso facilita a aquisição de uma aprendizagem significativa – seu conceito principal – pois esse conhecimento que já existe funciona como um ponto de ancoragem, que auxilia na captação e relação dos conteúdos, adaptando e reorganizando-os.

Quando não há um conhecimento prévio, o que provavelmente irá acontecer é uma aprendizagem mecânica, ou seja, uma aprendizagem com pouco sentido para o aluno em um primeiro momento. Esta estrutura de conhecimento existente no indivíduo, Ausubel define como subsunçores. A aprendizagem se dá quando a estrutura cognitiva de um indivíduo se reestrutura, se reorganizando e aumentando suas capacidades mentais (MOREIRA, 2018).

Ausubel destaca a diferença entre as aprendizagens significativas, quando é possível relacionar conhecimentos prévios com novos saberes, e a aprendizagem mecânica que pela falta de um conhecimento anterior sobre determinado assunto, é necessário fazer um esforço maior para reter novas informações. Ressaltamos que a aprendizagem não é o acúmulo de informações, mas as assimilações que se dão a partir das mesmas. Portanto, entendemos que existe um caminho básico para constituir a EAN.

O propósito da escola não é negar o conhecimento popular, um conhecimento proveniente das culturas locais, passados de uma geração para a outra, mas sim, trazer para o cotidiano dos alunos mais informações e relações com as diferentes áreas de conhecimentos para que tanto se perceba a alimentação como um ato para

nutrir o corpo e fazer a manutenção da saúde como um ato de cidadania que zela pelo bem coletivo (LOPES, 1993; BRASIL, 2012).

É fundamental respeitar os modos como as crianças percebem e se relacionam com a alimentação, para que eles se sintam pertencentes ao processo de ensino-aprendizagem e, de não se sintam excluídos daquilo que ocorre no espaço escolar. Assim, a escola deve promover uma reflexão sobre o saber popular e o conhecimento científico, superando os obstáculos epistemológicos e pedagógicos (BACHELARD, 1947) para poder progredir no ensino. Bachelard defende a importância de saber problematizar, questionar sempre permitindo-se repensar aquilo que já se conhece, reorganizando assim o saber que já se possui e, a partir disso, construir novos saberes.

As concepções de Edgar Morin (2000) sobre o ser humano contribuem para melhor compreendermos o processo de desenvolvimento e constituição de um indivíduo, bem como seu potencial de ação transformadora no meio que está inserido. Morin não exclui nenhum aspecto da condição humana para conseguir compreender um sujeito em sua totalidade. O teórico considera o humano um ser complexo que pensa, sente, se relaciona e reage de diferentes formas em um determinado meio e/ou grupos específicos, agindo conforme as informações e influências que recebeu ao longo de sua vida.

De acordo com sua teoria, o sujeito se desenvolve e se constitui a partir da união/relação de diferentes fatores e experiências, sejam eles orgânicos/biológicos, emocionais, cognitivos, sociais, culturais, espirituais etc., ou seja, é necessário dar atenção e considerar a importância de todos estes aspectos quando o objetivo é refletir sobre uma educação integral dos alunos e/ou dos profissionais – dependendo da necessidade estabelecida na ocasião – voltada para o bem do indivíduo ao mesmo tempo que o do coletivo. A instituição escolar e os educadores devem compreender e se comprometer com as implicações dessa “complexidade” que afetam diretamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades dos seus alunos, considerando-os como indivíduos e sujeitos sociais.

A partir desta discussão, acreditamos ser inviável estabelecer uma teoria única para compreender e mediar os processos de aprendizagens em sua totalidade. Por isso enfatizamos a importância de um diálogo acessível entre os educadores, alunos

e comunidade escolar como um todo, buscando unir diferentes saberes e teorias para desenvolver uma visão mais abrangente e responsável em relação à educação e à temática **alimentação**.

É preciso que tais concepções estejam alinhadas no currículo escolar, estabelecendo um princípio que conduz a ação pedagógica (teoria e prática), respeitando as realidades sociais e os conhecimentos científicos, levando em consideração as etapas de ensino e as competências relativas às diferentes faixas etárias, estipulando assim uma dinâmica escolar mais sensível e interdisciplinar. Vale ressaltar que o currículo “é uma ferramenta” para promover o processo educacional de uma instituição escolar, sendo o “conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões constitutivas.” (BARBOSA, MACHADO, SOARES, PINTO, 2012, p. 6).

2.4 Formação docente

Uma questão importante para se pensar sobre EAN é como professores e coordenadores pedagógicos podem organizar um currículo que contemple de maneira eficiente esse tema. É necessário desenvolver referências de ações pedagógicas para que professores possam trabalhar de modo a dar seguimento aos saberes estabelecidos em anos anteriores, para que ao longo do percurso escolar as crianças construam um conhecimento mais elaborado sobre as questões referentes à alimentação que lhes permitam fazer escolhas conscientes para si e para o outro.

Neste sentido, destaca-se a importância de primeiramente qualificar os docentes com uma formação apropriada para que tenham um conhecimento básico inicial que permitirá ampliar suas percepções, auxiliando suas pesquisas sobre o tema e permitindo adequar o planejamento pedagógico de acordo com as faixas etárias e necessidades de cada grupo de alunos.

Para contribuir com a formação dos profissionais que trabalham com o ensino de ciências – e consideramos aqui também, os profissionais que trabalham com as primeiras etapas da educação básica – Loguercio e Del Pino (2006) afirmam a importância da presença tanto da história como da filosofia das ciências de “integrarem os currículos de formação [...] para qualificação docente (LOGUERCIO e

DEL PINO, 2006, p. 75). Para que assim os professores sejam capazes de pensar em um ensino interdisciplinar, realizando questionamentos e relações entre variados saberes e em diferentes momentos históricos da humanidade, observando e discutindo a importância das temáticas trabalhadas com os alunos sob várias perspectivas (LOGUERCIO e DEL PINO, 2006).

Para os autores, tais conhecimentos colaboram para que os educadores sejam capazes de selecionar conteúdos, relacionar ideias, trabalhar a partir de conceitos estruturantes, evidenciar questões importantes para promover situações de aprendizagens, entre outras habilidades. Assim, os alunos podem perceber que a ciência e os saberes científicos – entre as diferentes áreas do conhecimento – são construídos ao longo do tempo e por diferentes pessoas e situações, sendo um processo de evolução contínua e dinâmica, portanto, inacabada, como também coletivo (LOGUERCIO e DEL PINO, 2006).

Para Bezerra (2018) é necessário ao processo de formação dos profissionais que trabalham com a temática da alimentação se apropriar dos conhecimentos de história e da antropologia para que consigam “pensar e agir de forma relacional” percebendo a alimentação a partir dos diferentes contextos aos quais ela relaciona e está “intimamente ligada à vida social e a subjetividade” O autor também ressalta a importância da contribuição das outras áreas do conhecimento para compreender a complexidade da temática, reconhecendo a sua “fertilidade e o potencial” já que o tema alimentação perpassa por todas essas áreas, sendo, assim, possível trabalhar de forma transdisciplinar, agregando diferentes saberes para pensar sobre os alimentos e como nos alimentamos (BEZERRA, 2018, p. 46-47).

Através da educação alimentar e nutricional podemos explorar uma engrenagem que move a humanidade ao longo de toda sua história. Dentro do tema “alimentação” é possível trabalhar vários conteúdos unindo diferentes disciplinas escolares, e propor atividades que possam contemplar diversos subtemas como: alimentação saudável, natureza e sustentabilidade, economia, tecnologias etc.

Mas ao mesmo tempo que a temática alimentação é tão fértil e tem um enorme potencial que abrange inúmeras possibilidades, é algo diretamente ligado ao cotidiano de todo ser humano, uma ação extremamente comum e básica para todos nós, e por isso, muitas vezes sua importância e complexidade passa despercebida pela maioria

das pessoas. Por esse motivo é necessário envolver os professores para que compreendam a necessidade de refletir e repensar constantemente sobre o tema, “reconstruindo-se permanentemente pelo questionamento” (DEMO, 2011, p. 9), para que não se cometa o erro de um ensino baseado apenas no senso comum ou em modismos alimentares, mas sim, na ciência que existe na produção e preparo dos alimentos.

Logo, para que se tenha um ensino eficiente e que promova o pensamento crítico dos alunos em relação à alimentação, “[...] torna-se necessária a apropriação, pelo profissional da área, de concepções de alimentação, comida e alimento, cultura alimentar, práticas alimentares, buscando precisar conceitos e categorias cunhadas de diferentes áreas de conhecimento” (BEZERRA, 2018. P. 48-49).

Mas para que isso seja possível, é preciso oferecer uma formação adequada para os educadores, para que estes possam ampliar seus conhecimentos nas áreas da nutrição e da saúde, principalmente nas faixas etárias correspondentes ao ensino básico, ou seja, que eles possam ampliar os conhecimentos sobre as necessidades e como trabalhar corretamente o tema alimentação e nutrição, com as crianças da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

É preciso criar uma metodologia de ensino que vise o desenvolvimento da EAN ao longo do processo escolar, desde da educação infantil até o ensino médio, ou seja, “desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa, na adolescência e idade adulta”, por esse motivo, a EAN precisa ser permanente e contínua, sendo incorporada aos conteúdos e discussões escolares conforme as necessidades que irão surgir ao longo do tempo e conforme também os acontecimentos da sociedade (BRASIL, 2012).

Atualmente, por falta de uma estrutura curricular e formação docente para dar suporte a EAN os conhecimentos e habilidades trabalhadas não diferem muito entre uma etapa e outra, respeitando basicamente a capacidade de entendimento das crianças, conforme a faixa etária, mas não há uma evolução ou construção de um pensamento mais complexo sobre a temática alimentação.

Portanto, é preciso primeiramente reconhecer a importância da temática valorizando-a no espaço escolar, estruturando um “caminho” metodológico que será

respaldado pelo currículo escolar (BRASIL, 2012). Qualificar os professores e funcionários e envolver a comunidade escolar em ações que demonstrem os princípios que a escola possui sobre o tema, desenvolvendo e diversificando ações e abordagens próprias para cada público em diferentes situações.

2.5 Interdisciplinaridade – Articulando saberes e experiências

A interdisciplinaridade é um termo que vem sendo discutido há décadas, mas que ainda gera dúvidas em relação ao conceito propriamente dito, por se confundir com outras terminologias como a Multi, pluri e transdisciplinaridade. Para Morin (2000), estes termos são “difíceis de definir, porque são polissêmicos e imprecisos” (MORIN, 2000, p. 115).

A fragmentação do conhecimento, que se generaliza e se reproduz por meio da organização social e educacional, tem também configurado o modo de ser e pensar dos sujeitos. A teoria da complexidade e transdisciplinaridade, ao propor a religação dos saberes compartimentados, oferece uma perspectiva de superação do processo de atomização. (SANTOS, 2008, Pg. 1).

Na tentativa de estabelecer um conceito, Olga Pombo (2008) trata inicialmente de compor uma ideia sobre as variações que utilizam o mesmo radical e que teoricamente direcionam para um trabalho semelhante: Pluri/ multi, inter e transdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade é o trabalho individual a partir de um tema comum a várias disciplinas, mas cada uma trabalha dentro das suas necessidades de descobertas, não precisando prestar contas para outras disciplinas.

Na transdisciplinaridade o tema é que mobiliza os saberes, e os interesses de alunos e professores estão focados na resolução do “problema”. Assim, não importa qual disciplina escolar participou, o importante é a construção de um saber global e relevante para a realidade do aluno. A Trans “excede” a disciplina, e é por isso ser muito difícil acontecer uma educação transdisciplinar na instituição escolar, pois a escola – na maioria das vezes – é muito disciplinarizada.

Na interdisciplinaridade – que é o termo mais recorrente no contexto escolar – ocorre um trabalho conjunto. Porém, de modo que a aprendizagem está no saber

específico de cada disciplina, logo, o foco são as disciplinas. No sentido próprio da ação, a interdisciplinaridade aparece para dar respostas a partir de múltiplas concepções. Conforme as disciplinas ganham espaço, o trabalho interdisciplinar deve ser muito bem “costurado” para que o aluno perceba que em UMA situação existe a possibilidade de explorar diferentes e variados saberes. O que importa então é estabelecer uma ligação entre as disciplinas, unindo os conhecimentos que são pertinentes a determinado tema.

Talvez a incerteza do conceito empregado no contexto escolar seja a proximidade dos termos, e a similaridade nas propostas acionadas pelos docentes a partir do apego que se têm do saber conferido pela formação, o que tornam as disciplinas mais importantes que o próprio conhecimento. Fazenda (1979) conclui “[...] que existe uma variação no nome, no conteúdo, na forma de atuação”. Para a ela, na interdisciplinaridade existe uma relação de interdependência ou de “reciprocidade” para promover o diálogo entre os que buscam o seu proveito, assim sendo, “a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude”, já a transdisciplinaridade “seria o nível mais alto das relações iniciadas nos níveis multi, pluri e inter.” (FAZENDA, 1979, p.70).

Segundo a autora, a interdisciplinaridade é o diálogo entre as disciplinas que possibilita comunicação entre as diferentes áreas do conhecimento para o bem comum, ou seja, “é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas” e, a partir destas trocas “a preocupação com a verdade de cada disciplina seria substituída pela verdade do homem enquanto ser no mundo” (FAZENDA, 1979, p.73- 75).

Pela proximidade dos problemas tratados com as experiências cotidianas, é possível, também, através de uma atitude interdisciplinar a manutenção de um interesse e curiosidade constantes, já que é mais motivador tratar de problemas que se estejam vivenciando. (FAZENDA, 1979, p.77).

Ainda citando Fazenda (1979), “a interdisciplinaridade é princípio de unificação, e não unidade acabada”, ou seja, através da interdisciplinaridade dá-se início a um conhecimento mais abrangente e multiforme sobre os acontecimentos da vida como um todo, sem os limites impostos pelas especialidades (FAZENDA, 1979, p.78). Afinal, um conhecimento não supera o outro, mas se constitui um novo saber a partir

da “relação harmônica e dinâmica” entre os saberes de diferentes áreas.” (TRINDADE, 2012, P. 67).

Portanto, acreditamos que a escola deve agir de forma interdisciplinar no seu cotidiano, em seus projetos e pesquisas, e sempre que possível, buscar promover um pensamento transdisciplinar, ou seja, mais complexo e que promova a interação dos saberes científicos com as questões ligadas aos seres humanos e do planeta como um todo. Afinal, a vida excede o pensamento fragmentado, e é preciso superar os obstáculos do cotidiano lançando mão dos conhecimentos adquiridos não somente na escola, mas nas diferentes experiências que tivemos ao longo dos anos. Neste sentido, temas transversais, como a educação alimentar, podem estar sempre disponíveis para integrar projetos interdisciplinares, e se possível, transdisciplinares.

Os professores, no entanto, precisam saber lidar com essa dinâmica que existe entre o individual e o coletivo, ao mesmo tempo que se empenham por salientar as peculiaridades do sujeito individual, ensinar para formar sujeitos competentes para diferentes situações de um mundo globalizado e que se transforma a cada novo dia através de novas descobertas científicas e tecnológicas e as surpresas da própria natureza, ou seja, formar um sujeito “capaz de refletir sobre sua realidade pessoal, e um cidadão do mundo, capaz de conviver com as diversidades sem perder suas raízes” (TRINDADE, 2012, p. 70). Assim como para Fazenda:

O homem está no mundo, e pelo próprio fato de estar no mundo, ser agente e sujeito do próprio mundo, e deste mundo ser Múltiplo e não Uno, torna-se necessário que o homem o conheça em suas múltiplas e variadas formas, para que possa compreendê-lo e modificá-lo. (FAZENDA, 1979, p.81).

Assim, já cientes da importância de uma educação interdisciplinar – e transdisciplinar o quanto possível for no contexto escolar – entendemos que, para os professores não basta simplesmente definir conceitos, mas aprender a trabalhar na prática de maneira interdisciplinar. Neste sentido, ainda destacamos a colocação de Trindade (2012), que sugere ser mais importante refletir sobre a “atitude interdisciplinar” que definir o conceito.

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefairo escolar. O professor interdisciplinar percorre as regiões fronteiriças flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o

movimento da interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante o conhecimento (TRINDADE, 2012, p. 82).

Principalmente para os temas ditos como “transversais” como a educação alimentar e nutricional está colocada nos documentos que organizam a educação brasileira – a interdisciplinaridade como uma ação organizadora da prática pedagógica e que contempla de maneira mais eficiente as aprendizagens das crianças e adolescentes, que podem ter mais autonomia e liberdade para se colocar diante das questões abordadas pelos educadores a partir das suas curiosidades e expectativas, tornando suas aprendizagens mais relevantes e significativas.

Entendemos desta forma que a vida é transdisciplinar. São nas situações do nosso cotidiano que vamos lançar mão dos conhecimentos que adquirimos na escola, bem como, as aprendizagens que recebemos dos diferentes espaços e grupos dos quais participamos como a família, religião, cultura em suas diferentes formas, entre tantas outras fontes de aprendizagem.

Contudo, para isso, acreditamos que, além do conhecimento, o sujeito também acessa outros recursos pessoais para resolver seus problemas, como habilidades físicas, psicológicas e cognitivas, por exemplo, competências emocionais, capacidade de comunicação e relações interpessoais etc. É o conjunto de tais habilidades mais o conhecimento que a pessoa possui que determinarão a ação dela sobre os objetos e acontecimentos da sua realidade. Lembrando que é a partir das preferências pessoais que atentamos mais ou menos para determinadas informações.

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada (MORIN, 2000, P.).

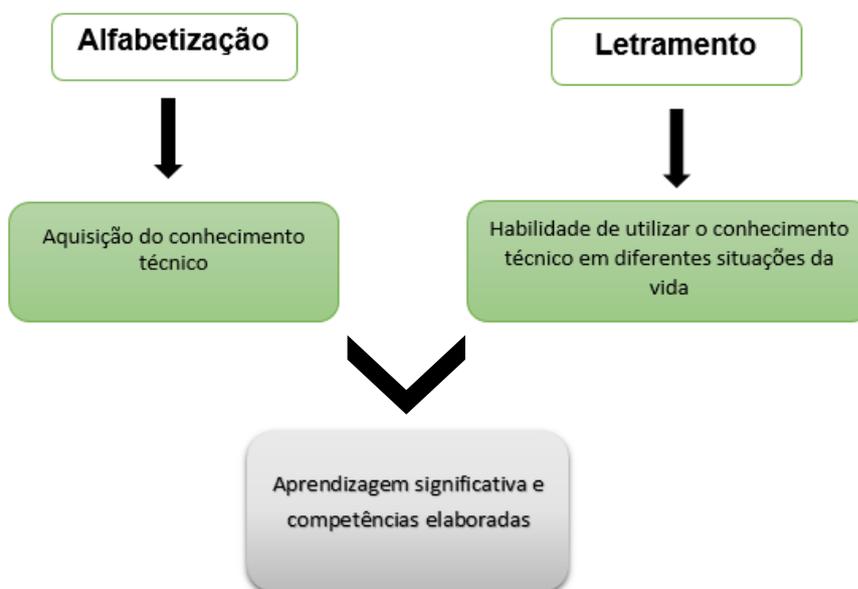
Os sujeitos, ao final do processo escolar básico, diante das situações e informações que lhes são apresentadas, devem conseguir submeter seus conhecimentos (consideramos aqui todos os tipos de conhecimentos e habilidades) para analisar e resolver tais questões, percebendo tanto as “partes” como o “todo”, pois “[...] o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita” (MORIN, 2000, P. 14-15).

Morin (2000) também nos faz observar a importância de compreender os processos educativos e a globalidade, e o dever de pensar a interação de todos os conhecimentos para solucionar as questões do mundo atual e futuro, e ressalta que “O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade” (MORIN, 2000, P. 18).

2.6 Letramento alimentar

Magda Soares (1999-2003) compreende a alfabetização como é um termo utilizado para definir a aquisição de um sistema. Mesmo que não estejamos falando de escrita e leitura do nosso sistema alfabético e ortográfico, podemos usar o termo conforme o seu sentido mais amplo, como se utiliza para alfabetização científica, por exemplo. Já o letramento é o desenvolvimento da habilidade de utilizar o conhecimento deste sistema ou tecnologia nas necessidades das diferentes situações do cotidiano.

Figura 1 – Alfabetização e Letramento



Fonte: Elaborado pela autora baseado nos princípios de alfabetização e letramento de Magda Soares

Entendemos que o letramento em termos de leitura e escrita, significa que a criança compreende o que lê e escreve e, além de interpretar os significados das

palavras, consegue projetá-los na realidade do contexto que o tema está inserido. Pois, para salientarmos, pode-se ler e entender os códigos de tal leitura, mas não compreender o que pode ser feito com aquela informação na prática.

O objetivo do letramento alimentar é basicamente desenvolver a habilidade de compreender a função dos alimentos e a melhor maneira de consumi-los causando o mínimo de prejuízo à natureza e à sociedade como um todo, aperfeiçoando assim a capacidade de analisar e julgar as informações em sua integralidade, possibilitando tomar decisões conscientes e autônomas.

Existem diversas políticas públicas que incentivam e fortificam a necessidade da implementação e execução dessas ações de promoção à saúde nas escolas, pois se sabe que as mesmas beneficiam as crianças por meio de orientação adequada e promoverem modificações comportamentais precocemente, além de fornecer essas habilidades a crianças nas escolas e estimular o aumento do conhecimento sobre a alimentação saudável, seus benefícios e reflexos. E, portanto, a oferta de informações promove o conhecimento (desmitificando algumas crenças e tabus) sobre alimentos e nutrição, deixando clara a importância da educação alimentar e nutricional no currículo escolar (CAVALCANTE E NERES, 2016, P. 7-8).

O letramento nutricional direciona o conhecimento para questões de saúde. Letramento é a compreensão de um estado mais amplo, é a leitura de mundo e tudo que se refere a determinado tema, possibilitando fazer “inferências”. Tal informação, na verdade, precisa transformar a consciência para impulsionar mudanças no comportamento das pessoas.

Assim, entendemos que o letramento na educação alimentar e nutricional significa a compreensão dos princípios da nutrição, entendimento dos conceitos que envolvem a alimentação saudável, leitura de rótulos e compreensão das necessidades de nutrientes que precisamos para manter a saúde física, como a alimentação está relacionada com o meio ambiente, entre outras questões. Afinal, a alimentação é a engrenagem que movimenta quase todos os setores de trabalho do nosso planeta. Quem produz? Quem consome? Quem descarta?

A escola precisa se apropriar desta função diante da sociedade, compreendendo sua importância na manutenção e prevenção da saúde das pessoas e orientando-as sobre suas responsabilidades diante de suas escolhas. É necessário conscientizar professores e funcionários do papel primordial que exercem diante da sociedade como divulgadores de informações e promotores de conhecimento.

Neste sentido, não podemos sufocar o conhecimento dentro da sala de aula e com acesso mínimo direcionado apenas para determinados grupos de alunos ou etapas de ensino. A educação alimentar deve ser difundida de maneira ampla e consciente para toda a comunidade escolar, reforçando os princípios da boa alimentação, da saúde coletiva e do respeito à natureza através da prática alimentar.

O espaço escolar deve colaborar neste processo de aprendizagem. Não devemos perder a oportunidade de usufruir todos os ambientes para promover o conhecimento, lembrando também dos próprios funcionários e grupo docente da instituição. Logo, o espaço escolar se bem utilizado, colabora para a aprendizagem de toda a comunidade escolar.

Se bem planejado, o espaço escolar pode promover novos olhares e despertar a consciência em alunos e familiares de maneira que um incentive o outro para novos e importantes saberes, dando visibilidade e continuidade aos projetos realizados dentro da sala de aula.

Quando estruturamos o espaço da sala de aula, escolhendo os artefatos e materiais pedagógicos, devemos considerar que este ambiente por si só já estará passando muitas informações para os alunos. Cartazes, jogos, brinquedos, sucatas, entre tantos outros objetos, compõe uma lógica de letramento que precisamos valorizar e verificar com mais atenção.

É importante compreendermos que ensinamos também através daquilo que disponibilizamos no espaço escolar, precisamos nos apropriar enquanto instituição de educação que nossas ações como um todo promovem um discurso educador, mas se não valorizamos isto, provavelmente o efeito será contrário aos objetivos que estipulamos para obter uma educação de qualidade, a partir de princípios baseados na coerência docente, entre ação e discurso, teoria e prática.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa buscou compreender os conhecimentos e práticas pedagógicas sobre Educação Alimentar e Nutricional de educadores para que assim, pudessemos desenvolver uma ferramenta de apoio sobre tal temática para profissionais da educação.

O método para delinear esta pesquisa consiste em um estudo de caso, transversal e experimental (GOLDIM, 2000), com abordagem qualitativa e quantitativa, buscando “compreender e reconstruir os conhecimentos existentes sobre o tema investigado” (MORAES E GALIAZZI, 2011, p.11).

Optou-se por realizar uma abordagem qualitativa buscando compreender “aspectos da realidade que não podem ser quantificados” como as relações humanas e sociais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.34), assim como as referências e princípios que permeiam o fazer pedagógico dos educadores da instituição pesquisada. Para Minayo (2001),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.21)

Também optamos por realizar uma abordagem quantitativa para obter dados mais objetivos, possibilitando o delineamento do perfil do grupo de profissionais que atendem as crianças em todas as etapas escolares, sendo possível também perceber o envolvimento de cada grupo (etapa) nesta pesquisa. Entendemos que apesar de distintas, as abordagens metodológicas que utilizamos nesta pesquisa se complementam, “[...] pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente.” (MINAYO, 2001, p.22).

Mudança de objetivo – Pandemia Covid-19

Inicialmente a intenção de realizar esta pesquisa era trabalhar a EAN no currículo escolar e realizar uma formação presencial com os profissionais da escola. Porém, a pandemia do Covid-19, que nos impactou tanto individualmente como sociedade, também trouxe algumas dificuldades para realizar a pesquisa como planejamos. Assim, foi necessário reformular nossos objetivos.

Algumas práticas adquiridas durante este tempo foram consideradas vantajosas e, por isso, mantidas pela equipe diretiva. A escola permaneceu realizando todas as reuniões e encontros com os funcionários e familiares de maneira virtual.

Outra questão muito importante e que nos sensibilizou foi a demanda extraordinária de trabalho e formações que os professores tiveram que realizar para se adaptar para à nova realidade educacional.

A instabilidade que tal situação causou, também suscitou grande preocupação com as questões emocionais e com a manutenção do vínculo empregatício em todos os funcionários. A instituição contabilizou alguns cancelamentos de matrículas, e diminuindo o número de alunos precisou fechar algumas turmas. Pelo grande esforço da equipe diretiva e da comunidade escolar, a escola conseguiu se manter durante a pandemia e acolher bem todos seus alunos, se recuperando ao longo de 2021 em termos de números.

Por tais motivos, nossos objetivos foram reformulados para conseguir dar seguimento à pesquisa sem desprezar ou causar maiores transtornos à instituição e o grupo de educadores em um momento tão delicado.

3.1 Objetivos da pesquisa

Geral: investigar o conhecimento e a adesão às práticas de EAN no ambiente escolar privado e criar uma proposta de trabalho para sensibilizar e instrumentalizar professores acerca destas práticas.

Específicos:

- identificar a presença da temática alimentação saudável no projeto político pedagógico (PPP) e nas práticas pedagógicas da escola;
- verificar o entendimento de profissionais da área de nutrição e educação sobre o processo de EAN;
- observar a existência e o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) (horta, formação dos professores e manipuladores, conscientização dos pais);
- investigar as dificuldades/obstáculos para a implementação da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, tanto na visão de nutricionistas como de coordenadores/supervisores pedagógicos;

- desenvolver uma ferramenta de apoio para professores sobre a temática da educação alimentar e nutricional.

3.2 População da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada de ensino de Porto Alegre, localizada no bairro Petrópolis, zona norte da capital gaúcha. A instituição atende às modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, tendo aproximadamente 1.120 alunos matriculados. Em seu quadro de funcionários constam-se 190 profissionais atuando em todas as áreas, sendo 86 professores. A escola foi selecionada por conveniência. Os participantes deste estudo foram os profissionais que atuam diretamente com as crianças, coordenadores pedagógicos, professores e auxiliares de educação.

3.3 Procedimentos de coletas de dados

Inicialmente, foi realizado contato com a escola a fim de agendar uma reunião com a direção para apresentação da proposta de pesquisa. A escola, após declarar interesse em participar, recebeu o termo de consentimento para desenvolvimento do trabalho que foi lido e assinado pela direção. Para atingir os objetivos propostos, considerou-se necessário que a pesquisa fosse realizada em diferentes etapas, com o uso de diferentes instrumentos de coleta de dados. Consideramos ao todo, três etapas realizadas na pesquisa:

Quadro 3 – Quadro resumido das etapas da pesquisa

1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa
Observação e entrevistas com as coordenações pedagógicas Educação infantil e Ensino fundamental (anos iniciais)	Grupo focal realizado em 1 encontro com 5 Professoras da educação infantil, com duração de aproximadamente 1 hora.	Questionário enviado para todos os professores da escola e o grupo de auxiliares de educação.
Relato das observações e entrevistas	Transcrição e análise das falas das professoras	Resultados e análises dos dados

Fonte: elaborado pela autora.

3.3.1 PRIMEIRA ETAPA – OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS

Nesta etapa realizou-se o contato inicial com a instituição escolar, observações do espaço escolar e entrevistas com as coordenações pedagógicas da educação infantil e ensino fundamental 1.

A fim de conhecer o perfil do grupo a ser pesquisado e conhecer as práticas pedagógicas que se estabelecem na instituição em relação à temática alimentação, além de observar o espaço escolar, entrevistamos a coordenadora da educação infantil e a coordenadora do ensino fundamental 1. Segundo Duarte (2004) a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados quando precisamos “mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos” (DUARTE, 2004, p. 215).

Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

Duarte (2004) ainda defende que realizar uma boa entrevista é uma tarefa complexa, pois exige criar circunstâncias “formais e informais” que busquem incentivar falas “mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado.” (DUARTE, 2004, p. 216). Neste caso, a entrevista nos permitiu compreender melhor a organização curricular e pedagógica da educação infantil e do ensino fundamental 1, além do contexto social em que a escola está inserida e a participação e envolvimento da comunidade escolar nas questões relacionadas a educação alimentar.

3.3.2 SEGUNDA ETAPA – GRUPO FOCAL

Nesta etapa foi realizado o encontro do grupo focal com cinco professoras da educação infantil. O encontro durou aproximadamente 1 hora e foi feita a gravação de áudio e vídeo com o consentimento de todas as participantes. Posteriormente, foi realizada a transcrição das falas em um documento Word.

Quadro 4 – Participantes do grupo focal

Professora	1	2	3	4	5
Formação	Bacharel em Fonoaudiologia e Especializações na área da educação.	Magistério, Bacharel em turismo e especialização na área da educação.	Artes visuais, Pedagogia e especialização na área da educação.	Pedagogia e Especializações na área da educação.	Pedagogia e Especialização na área da educação.
Tempo de atuação na educação	33 anos	32 anos	5 anos	10 anos	14 anos
Nome fictício	Mel	Rosinha	Amora	Mara	Cacau

Fonte: elaborado pela autora.

O grupo focal foi um dos métodos utilizados nesta pesquisa, a fim de conhecer melhor a opinião das professoras e compreender suas práticas pedagógicas e conhecimentos em relação à EAN.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador, a partir de uma entrevista semiestruturada, observa as trocas de ideias e argumentações entre os participantes, que ao interagirem acabam promovendo uma reflexão, que pode gerar novos olhares e questionamentos sobre a temática discutida. “Nessa concepção, há uma intencionalidade de sensibilizar os participantes para operar na transformação da realidade de modo crítico e criativo” (BACKES, et al. 2011. P. 2).

Ainda segundo Backes et. al (2011) o grupo focal é uma ferramenta que possibilita às pessoas elaborar e defender seus argumentos, principalmente quando há divergência de opiniões, o mediador pode favorecer um diálogo respeitando os diferentes pontos de vistas. Esta técnica permite que os participantes tenham a oportunidade de se transformarem ao longo do processo, a partir da interação e das trocas de conhecimentos e experiências.

Durante o grupo focal realizado com as professoras da educação Infantil, alguns eixos de discussão foram levantados para refletir e justificar a prática ou a falta de ações pedagógicas para promover a EAN.

3.3.3 TERCEIRA ETAPA – QUESTIONÁRIO

Um dos objetivos desta pesquisa foi verificar o entendimento dos profissionais da educação sobre o processo da Educação Alimentar e Nutricional. Para isso, foi enviado pelo *Google Forms* um questionário para todo o grupo de educadores, professores e auxiliares de educação de todas as etapas de ensino da escola pesquisada. As respostas foram passadas para tabelas no programa *Excel* da Microsoft, onde também foram calculadas as porcentagens referentes às respostas dos participantes.

A ferramenta criada por Scarparo (2017) para realizar sua tese de doutorado intitulada *Crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar*, “baseia-se na literatura da área da nutrição e educação e na experiência da pesquisadora.” (SCARPARO, p. 115, 2017). O questionário foi adaptado para esta pesquisa, e ao todo são 51 questões afirmativas. Os participantes responderam cada questão marcando uma das seguintes opções: CT- Concordo Totalmente; CP- Concordo Parcialmente; NCND- Nem Concordo Nem Discordo; DP- Discordo Parcialmente; DT- Discordo Totalmente.

Nesta etapa, além das respostas recebidas através do questionário que foi enviado para os profissionais de educação, outras questões nos chamaram atenção, sendo impossível não as considerar parte das análises deste estudo. Questões como: a dificuldade de obter um número maior de participantes; a inexpressiva participação de pessoas do sexo masculino; a pouca participação de professores do ensino médio.

Devido à situação da pandemia causada pelo Covid-19, entendemos que os professores estavam se adaptando a tal situação que afetou toda a população mundial, portanto, com uma demanda nova e exaustiva de trabalho para oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos. Por este motivo, optou-se por respeitar os períodos mais críticos do ano escolar, escolhendo os momentos mais adequados para dar continuidade à pesquisa. Foi necessário enviar o questionário por três vezes para conseguirmos o mínimo de respostas dos educadores. Ao todo, tivemos a colaboração de 35 profissionais, sendo que 27 foram professores e 8 foram auxiliares de educação.

Entendemos que essa dificuldade em obter a participação de pelo menos metade dos profissionais da escola, já é por si só um dado importante para essa pesquisa. Pode ser por diferentes motivos, tanto por desconhecerem a importância da temática e tudo que envolve as questões sobre alimentação por falta de conhecimento propriamente dito, como também por acreditarem ser desnecessária a temática. Essa resistência ou falta de engajamento, se assim podemos dizer, pode ou não ser uma característica deste grupo específico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção iremos apresentar os dados coletados nas três etapas realizadas, a análise e discussões do material.

4.1 Relato das observações e das entrevistas com as coordenações pedagógicas

A pesquisa na instituição iniciou-se por meio de observações do ambiente escolar e de entrevistas com as coordenadoras pedagógicas da educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais). Um dos nossos objetivos era analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para verificar a presença da temática alimentação, porém, apesar da instituição ter alguns documentos pedagógicos orientadores, o PPP não nos foi disponibilizado.

Educação Infantil

A Educação Infantil tem capacidade para atender aproximadamente 150 crianças – a escola atende crianças a partir de 1 ano de idade – e conta com um grupo formado por 13 professoras titulares, de 15 a 18 auxiliares de turma, além da equipe da coordenação e outros funcionários de apoio. Como há muito tempo foram realizadas reflexões e oficinas sobre tema educação alimentar e o grupo de professoras desta etapa é relativamente novo na escola, a coordenadora pedagógica considera que uma formação docente com esta temática é de grande valia para dar novos direcionamentos para as práticas pedagógicas relacionadas a alimentação.

Segundo a coordenadora da educação infantil, a escola começou a pensar em uma proposta de alimentação mais saudável em 1999. Com o auxílio de uma mãe de aluno, formada em nutrição, as professoras começaram um trabalho de

conscientização das crianças e pais. A oferta de frutas foi o primeiro passo para incentivar o consumo de alimentos mais saudáveis e naturais. Em 2003 em uma viagem para a Itália, a coordenadora pedagógica vislumbrou outras possibilidades a partir do contato com as vivências das escolas regionais, principalmente as relacionadas as alimentações dos bebês. A partir destas experiências foi iniciada uma proposta alimentar mais específica e apropriada às necessidades nutricionais das crianças mais novas. Atualmente não há nenhuma ação específica de EAN, o que acontece é o incentivo do consumo de alimentos menos processados, como as frutas e verduras, e a composição de pratos com a combinação de alimentos coloridos nas refeições.

A escola possui áreas específicas de alimentação para a educação infantil. Os lanches, almoço e janta são fornecidos por uma empresa terceirizada mediante a solicitação prévia das famílias. A escola não tem um profissional da área da nutrição contratado, a alimentação é supervisionada pela nutricionista do restaurante, que auxilia quando possível a coordenação e professores em algumas atividades.

Em 2019 houve uma pesquisa entre os pais, promovida pela escola, para propor uma reformulação na distribuição da alimentação, considerando as necessidades das famílias que haviam manifestado a relação do custo/benefício da contratação da alimentação terceirizada para o consumo das crianças. Porém, para que se mantenha o padrão nutricional de qualidade para o cuidado com a saúde das crianças, se reconhece a importância de um preparo mais amplo para que os professores realizem um trabalho mais específico com relação à educação alimentar para impactar efetiva e positivamente a relação das crianças com a alimentação, e com isso, também atingir as famílias.

A coordenadora reconhece o pouco conhecimento sobre a legislação específica para educação alimentar e nutricional. Como a escola não possui nenhum material específico sobre o tema, o planejamento fica a critério de cada professora, baseado no conhecimento e busca individual para delinear os objetos e sequências didáticas sobre EAN. As oficinas de culinárias são realizadas de acordo com os projetos desenvolvidos pelas turmas e/ou em datas especiais. A escola possui uma horta que é cuidada por funcionários do colégio, porém as turmas que têm mais contato são as do turno inverso, tanto da educação infantil quanto do fundamental,

que separam e levam as cascas de frutas para fazer a compostagem e adubação da terra, mas os alunos não consomem o que é produzido na horta.

A escola tinha a intenção para ano de 2020 de promover ações sobre a alimentação saudável e sustentabilidade. Os pais demonstram interesse em relação à alimentação saudável e, além da preocupação com esta questão, costumam opinar sobre o cardápio diretamente com a empresa terceirizada.

Ensino Fundamental

Esta etapa atende aproximadamente 320 crianças e conta com um grupo de 28 professoras – entre regentes de turma e especializadas – mais 4 auxiliares de inclusão. Os alunos do 1º ao 5º ano fazem o lanche na sala de aula, geralmente antes do intervalo sob a observação da professora. Já os alunos de turnos integrais realizam as refeições em áreas de alimentação específicas. Os alunos do turno normal trazem o lanche de casa, tendo um combinado entre a escola e famílias algumas restrições de alimentos, como por exemplo, salgadinhos de pacote e refrigerantes. Vale ressaltar que as professoras buscam conscientizar pais e alunos do consumo de alimentos saudáveis e a ingestão de água.

Quando perguntada sobre se os professores realizam algum tipo de formação ou capacitação relacionada à temática “Alimentação”, a coordenadora enfatiza que não acontece, e esclarece a resposta justificando que o foco desta etapa está no desenvolvimento das habilidades de linguagem e matemática. Porém, a mesma considera que a formação dos professores é importante, levando-se em consideração as necessidades dos docentes em relação ao conhecimento e ao tempo disponível dos mesmos, segundo a coordenadora Pedagógica “[...] quanto mais se conhece sobre determinado assunto, maior a possibilidade de ajudar o aluno a dinamizar o trabalho realizado em sala de aula”.

Não existe nenhum material específico e indicado pelo colégio para a elaboração de atividades com a temática sobre alimentação, os professores buscam conhecimento por conta própria, já que trabalham por projetos baseados no interesse do grupo, assim realizam pesquisas para desenvolver as atividades. Dependendo dos projetos das turmas, outros profissionais são convidados para participarem. As

atividades de culinária são realizadas também com o objetivo voltado às aprendizagens das linguagens (português e inglês). O 5º trabalho com os conceitos de nutrientes.

Segundo a coordenadora, o envolvimento dos pais em relação a esta temática é pouco, geralmente são sempre os mesmos pais ou responsáveis que acabam se interessando pelas atividades desenvolvidas pela escola.

O capítulo seguinte apresenta os dados, discussões e resultados coletados através do grupo focal, segunda etapa desta pesquisa. O texto está apresentado na íntegra conforme o artigo foi submetido à revista *Research, society and development (RSD)*.

4.2 ARTIGO

Educação alimentar e nutricional como uma prática na escola: A visão do professor

1. Introdução

A escola é um espaço de trocas e reflexões sobre saberes científicos, culturais, políticos e sociais, no qual crianças e adolescentes são conduzidos a refletirem sobre situações do cotidiano escolar, bem como da sociedade globalizada em que vivem. A instituição escolar, juntamente com a família, contribui diretamente para o desenvolvimento e a formação dos indivíduos como sujeitos de direitos e deveres (Camozzi et al., 2015). De acordo com essa perspectiva, é dever da escola contribuir no desenvolvimento de hábitos individuais mais saudáveis, assim como promover a consciência de uma cidadania mais responsável e autônoma dos sujeitos (Barbosa et al., 2013).

Sendo assim, podemos inferir que, além do processo de aprendizagem que se dá junto à família (Ramos & Stein, 2000), a escola também é um ambiente propício para trabalhar as questões sobre alimentação saudável e sustentável (Martinelli & Cavalli, 2019), incentivando crianças e adolescentes a desenvolverem hábitos e práticas alimentares favoráveis, tanto individualmente, como perante a sociedade e o meio ambiente.

A infância é uma fase de muitas aprendizagens, na qual podemos e devemos realizar com as crianças diferentes experiências sobre a vida, a natureza e o mundo que estão começando a descobrir. É nessa etapa que desenvolvemos hábitos que cultivamos ao longo da vida. A escola tem um papel fundamental nesse processo, por ser um ambiente que busca desenvolver a autonomia e a responsabilidade individual e cidadã nos educandos (Camozzi et al., 2015).

A Lei nº 13.666/2018 – que alterou a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – inclui a educação alimentar e nutricional como tema transversal no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Outra alteração importante nesse contexto foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a apresentar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como um eixo

fundamental para o alcance da alimentação saudável no ambiente escolar (Brasil, 2009; 2020).

Mesmo diante da legislação e de muitos conhecimentos sobre os benefícios de se trabalhar a EAN ainda na infância e adolescência, não é nada fácil melhorar a qualidade da alimentação dos estudantes. Assim, pensar em formas de realizar a EAN no ambiente escolar é um desafio que requer, antes de tudo, sensibilizar os profissionais da educação para trabalharem de maneira intencional com a temática.

Ainda é preciso considerar que o consumo exagerado de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sódio é constantemente estimulado pela indústria alimentícia por meio da publicidade, afetando principalmente o público infantil, já que as crianças ainda não são capazes de analisar criticamente as muitas informações que recebem nos diferentes meios de comunicação. Além disso, com a mudança nos padrões alimentares da população, observa-se também o aumento da obesidade em crianças e adolescentes, além de doenças não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doenças do coração, devido a uma alimentação pobre em nutrientes e rica em calorias (Brasil, 2014).

Nesse cenário, reafirma-se a importância do planejamento e da criação de estratégias com vistas à melhoria do padrão alimentar das populações, sendo a escola um ambiente propício ao desenvolvimento dessas ações. Cabem, portanto, debates em torno da alimentação escolar e dos seus possíveis desfechos mobilizados por ações de EAN, frente às atuais discussões, que relacionam a coexistência de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Em conjunto, esses três fenômenos, caracterizados como Sindemia Global, representam uma ameaça à saúde planetária (Swinburn et al., 2019)

A fim de favorecer o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis, há diferentes leis, programas e documentos que recomendam e orientam a promoção da educação alimentar e nutricional e a alimentação saudável no ambiente escolar, como a Portaria nº 1.010/2006, que trata da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Há também leis estaduais e municipais que proíbem a comercialização de produtos que contribuam para o desenvolvimento de doenças como diabetes, hipertensão e a obesidade, a exemplo da Lei nº 15.216/2018 do estado do Rio Grande do Sul (2018). Tais leis e recomendações devem auxiliar na manutenção de um ambiente escolar mais adequado e propício para o ensino e para

as práticas em educação alimentar e nutricional, sabendo-se que o ambiente escolar influencia diretamente as práticas pedagógicas.

Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas de 2012, a EAN “é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” (Brasil, 2012, p. 23). Entende-se que, para que se desenvolva tal “prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”, como citado, no contexto escolar, a Educação Alimentar e Nutricional deve ser constituída por ações interdisciplinares que se alinham e se complementam ao longo das etapas da educação básica, promovendo ações pedagógicas que possibilitem reflexões sobre a alimentação e o alimento e seus significados no âmbito social, cultural, ambiental, histórico e político, integrando “o conhecimento científico ao popular” (Brasil, 2012, p. 23).

O direito a uma alimentação adequada e saudável não deve ser pensado no sentido único de ingestão de nutrientes, mas deve ser refletido no seu sentido mais abrangente, ou seja, deve referir-se “à segurança sanitária dos alimentos, à qualidade, à diversidade, à sustentabilidade de práticas produtivas e ao respeito às culturas alimentares tradicionais” (Brasil, 2008, p. 7). É por isso que o alimento e a prática alimentar como objeto de conhecimento devem ser observados e estudados em todos os seus sentidos e valores.

Outra publicação relacionada à temática em questão é o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), um documento orientador sobre boas práticas alimentares, que faz recomendações acerca das questões sociais e culturais da população brasileira. Ao final, estabelece, de maneira resumida e objetiva, os dez passos para uma alimentação adequada e saudável. O Guia também reflete sobre a importância de uma alimentação sustentável, pois a produção e distribuição de alimentos têm se modificado negativamente nos últimos anos, gerando um impacto preocupante para a segurança alimentar da população e para cuidado com o meio ambiente (Brasil, 2014, p. 20).

Por esse motivo também, em EAN, utiliza-se os termos **Alimentar** e **Nutricional**, a fim de que se contemplem todos os “aspectos relacionados ao alimento e alimentação” (Brasil, 2013, p. 23), ou seja, desde as questões de produção, distribuição, preparo e consumo dos alimentos, até as questões referentes à

subjetividade do ser humano, entre as quais estão as práticas alimentares individuais e coletivas, como também as questões culturais, a afetividade e o prazer atrelados ao ato de comer.

Pensando-se nas possibilidades dentro do ambiente escolar, sabe-se que os professores colaboram de maneira efetiva no processo de aprendizagem dos alunos, não somente pelo saber técnico, mas pelas ações mais básicas do cotidiano escolar. Em razão disso, esses profissionais estabelecem vínculos afetivos com as crianças, conferindo-lhes segurança para explorar temáticas tão subjetivas para o ser humano e que vão além de conteúdos curriculares, como a alimentação (Tassoni & Leite, 2013).

Dessa forma, tendo em vista a reflexão acima, o objetivo deste estudo foi conhecer o entendimento dos profissionais da educação acerca da importância da EAN no ambiente escolar. Entendemos que esse processo de compreensão se dá, em grande parte, pela formação adequada de tais profissionais, bem como pela inserção e organização da EAN no currículo escolar. A partir disso, são estabelecidas propostas pedagógicas interdisciplinares que respeitem os aspectos relativos à faixa etária dos educandos, e que considerem, também, as peculiaridades da comunidade escolar que cada instituição atende.

2. Metodologia

Nesta pesquisa, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa, buscando compreender “aspectos da realidade que não podem ser quantificados”, como as relações humanas e sociais (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 34), assim como as referências e os princípios que permeiam o fazer pedagógico dos educadores da instituição pesquisada. Para Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” sendo seu objetivo “compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças”.

A pesquisa foi realizada entre 2019 e 2021, em uma escola da rede privada de ensino de Porto Alegre, que possui 1.120 alunos matriculados nas três etapas da educação básica, modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A

instituição conta com o apoio de 190 funcionários, sendo 86 professores. O foco desta pesquisa foram os profissionais que atuam diretamente com as crianças, ou seja, professores e auxiliares de educação.

A pesquisa foi realizada em etapas distintas, e para este artigo, apresenta-se a análise dos dados da abordagem qualitativa. Especificamente nessa etapa, foi realizado o convite para todos os professores da Educação infantil, explicando-lhes a proposta da pesquisa. Solicitou-se aos participantes que realizassem a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sinalizando a concordância em participar do grupo focal.

Os dados coletados foram oriundos de um grupo focal realizado com cinco professoras da Educação Infantil. A partir de perguntas semiestruturadas, buscou-se compreender como as profissionais percebem a importância da EAN no ambiente escolar, se há e como se dão as práticas pedagógicas realizadas pelas educadoras com relação à temática. O tempo de duração da dinâmica foi de aproximadamente 60 minutos. Foi realizada a gravação de áudio e vídeo que, posteriormente, foi transcrita em um documento *Word*. Salienta-se que, no período em que a pesquisa foi realizada, no quadro docente da Educação Infantil, constavam apenas professoras mulheres.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados que se baseia na interação entre os participantes para pensar sobre um tema específico, promovendo a reflexão a partir da “problematização de uma ideia” (Backes et al., 2011, p. 439). Ainda segundo os autores, o grupo focal é uma técnica que contribui com a pesquisa qualitativa, pois se baseia na interpretação dos dados coletados pelo pesquisador. A seguir, no Quadro 01, apresentam-se as perguntas semiestruturadas utilizadas durante o grupo focal.

Quadro 5 - Roteiro de perguntas semiestruturadas, utilizado ao longo da entrevista no grupo focal.

Roteiro de perguntas:

- 1- O que você entende por educação alimentar?
- 2- Quais os conteúdos são possíveis relacionar em atividades de educação alimentar?
- 3- Quais os recursos você utiliza ou utilizaria em um planejamento de educação alimentar e nutricional?
- 4- Você teve algum tipo de formação em educação alimentar e nutricional? Considera suficiente sua formação para trabalhar com este tema?
- 5- Destaque algum tema relacionado a educação alimentar e nutricional que você considera importante discutir em uma formação continuada.

Fonte: elaborado pelos autores.

As respostas obtidas e selecionadas das falas dos participantes no grupo focal, após transcrição, foram organizadas, categorizadas e analisadas através de diversas leituras e releituras com a finalidade de retirar o maior número possível de informações do material coletado. Durante a leitura das falas dos entrevistados, foram realizadas anotações sobre as relações estabelecidas entre o material coletado e os objetivos da pesquisa. As falas selecionadas foram categorizadas de acordo com as semelhanças apresentadas, utilizando como critério o conteúdo. Ao longo da análise, para a construção dos eixos de discussão, buscou-se verificar as recorrências e singularidades apresentadas, ou seja, procurou-se extrair o que havia de comum nas falas, mas também as particularidades.

Após a leitura, transcrição e análise das falas das participantes do grupo focal, se estabeleceram três eixos de discussão a partir da ênfase dada às questões: a referência do adulto como exemplo para a formação do sujeito, a importância da formação docente para estabelecer a EAN no ambiente escolar e a importância da EAN no ambiente escolar.

Abaixo, no Quadro 02, apresentam-se informações relevantes para compreender qual o perfil do grupo pesquisado. Os nomes das profissionais foram alterados a fim de respeitar o anonimato das participantes, conforme acordado por meio do TCLE.

Quadro 6 - Perfil das participantes do grupo focal.

Professora	1	2	3	4	5
Nome fictício	Mel	Rosinha	Amora	Mara	Cacau
Formação	Bacharel em Fonoaudiologia	Magistério e Bacharel em turismo	Artes visuais e Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
Especialização	Especializações na área da educação.	Especialização na área da educação.	Especialização na área da educação.	Especializações na área da educação.	Especialização na área da educação.

Tempo de atuação na educação	33 anos	32 anos	5 anos	10 anos	14 anos
Atuação – Turma e faixa etária	*Turno inverso- 4,5 e 6 anos	*Turno inverso- 2, 3 e 4 anos	**Nível 3/Jardim A- 4 a 5 anos	**Nível 1/ Maternal A- 2-3 anos	**Nível 1/Maternal A- 2-3 anos

Fonte: elaborado pelos autores.

*Turno inverso é uma turma multi-idade, que funciona no período da manhã – nesta instituição pesquisada – e atende crianças que permanecem em período integral na escola.

**Nível 3 e 1 são as turmas de acordo com a faixa etária e que atendem no período da tarde na instituição pesquisada.

Constata-se que os participantes deste estudo são professoras que possuem graduação e especialização na área da educação. Além disso, a maioria possui mais de uma década de atuação como docentes.

3. Resultados e Discussão

3.1 Primeiro Eixo de Discussão: A Referência do Adulto como Exemplo para a Formação do Sujeito

Segundo as falas das professoras, pode-se perceber que elas reconhecem e consideram como fundamental o exemplo do adulto para a elaboração e desenvolvimento de bons hábitos alimentares, sendo os familiares e os educadores apontados como sujeitos de referência para a criança, por conta da proximidade afetiva que existe nessas relações.

[...] eu acho que a criança precisa explorar e ver um outro adulto referência também provando do mesmo alimento, eu acho que isso também é uma educação alimentar, aonde ele consegue ter o exemplo do adulto fazendo essa alimentação, e vendo esse adulto também comendo pra ele ver o quanto é gostoso e o quanto é bom, eu acho que a gente, o adulto é o melhor exemplo pra criança né? (Prof.^a Mara).

[...] eu acho que é muito que a criança aprende pelo que ela vê, pela experiência, pelo exemplo, pela referência, e lá em casa os

meus pais sempre comeram muito legume, muita verdura, muita salada e frutas. Como foi uma coisa muito visual, sensorial, cheiro presente, assim né, afetivo, hoje eu chego a salivar quando eu vejo um “saladão” (risadas). É, eu acho que é bem pela, as crianças passam pela mesma situação. (Prof.^a Cacau).
[...] A gente não tem isso, a gente não tem essa cultura de sentar com eles. Será que isso não seria, jogando assim pra pensar né? Será que isso não seria uma prática interessante? (Prof.^a Rosinha).

[...] se perdeu esse vínculo da criança sentar na mesa junto e da criança ver o adulto comendo. (Prof.^a Mara).

Segundo Cardoso & Ferreira (2022), uma prática alimentar saudável nos primeiros anos de vida é fundamental para que crianças se desenvolvam bem, prevenindo doenças não transmissíveis, como a obesidade infantil, ressaltando também a influência de pais e mães na construção de hábitos alimentares de crianças pequenas. O Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) e o Guia Alimentar para as Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos (Brasil, 2019) reforçam a importância do vínculo e das ações familiares para a construção de hábitos alimentares saudáveis dos indivíduos, assim como salientam a importância das práticas culinárias para “promover a saúde, preservar cultura e proteger o meio ambiente” (Brasil, 2019, p. 158). Também incentivam a autonomia alimentar para que crianças desenvolvam uma boa relação com a comida. Para Wisniewski (2007), realizar refeições em família oportuniza que adultos (pais, mãe, avós e outros) compartilhem com as crianças saberes relacionados aos conhecimentos, crenças e a cultura alimentar da qual o grupo familiar faz parte.

Segundo Kaufman (2013), o alimento também pode transmitir afeto. Assim, o ambiente e o grupo com o qual o sujeito se relaciona também são promotores do seu comportamento alimentar, o que pode ser positivo ou não. Daí vem a importância do papel dos adultos – tanto pais como mães (ou outros responsáveis diretos) – como referência no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. De Paula e Faria (2010) complementam que, quando a família demonstra interesse e participa efetivamente da rotina escolar da criança, ocorre um incentivo importante para as

aprendizagens das crianças. Então, além da escola propor ações em EAN tanto em sala de aula quanto em outros espaços escolares, a família também é imprescindível para a promoção de práticas alimentares mais adequadas e sustentáveis. Porém, segundo as educadoras, o que parece é que a escola tem assumido uma função de responsabilidade além da sua capacidade, buscando promover a educação de crianças e adolescentes com pouca participação dos familiares e responsáveis. Se a escola orienta, educa e oferece uma alimentação balanceada e saudável para os alunos, a família se sente liberada de agir de maneira responsiva no que diz respeito à alimentação de seus filhos.

Eu acho que hoje em dia mesmo, a responsabilidade maior da alimentação passou para a escola. (Prof.^a Mara).

O saudável vai ficar cada vez mais para a escola e os pais podem ser inadequados e os bonzinhos da história né? (Prof.^a Mel).

A gente vai abordar isso com os pais para que eles possam favorecer o saudável em casa. Não é obrigação, mas parceria. (Prof.^a Mel).

Por esse motivo, é importante considerar que a EAN deve ser uma propositiva para toda a comunidade escolar, pois todos precisam, de alguma forma, ser “educados” para compreender melhor sobre o objetivo da EAN e colaborar com as ações realizadas pela escola (Barbosa et al. 2013, p. 943). Ressalta-se que, na realidade educacional brasileira (seja na educação privada ou na pública), a presença dos profissionais da área da nutrição nas escolas para diálogo direto com os alunos é praticamente inexistente, porém, é de grande valia que tais profissionais sejam participantes e atuantes no cotidiano escolar, trabalhando juntamente com os professores.

3.2 Segundo Eixo de Discussão: A Importância da Formação Docente para Estabelecer a EAN no Ambiente Escolar

Segundo Magalhães e Porte (2019), a escola é o lugar oportuno e estratégico para trabalhar as práticas alimentares saudáveis baseadas em saberes nutricionais e culturais. Todavia, como já mencionado anteriormente, é necessário que os professores, os principais mediadores do conhecimento no ambiente escolar, sejam formados para atuar com a EAN.

Percebe-se, nas falas das professoras, que elas compreendem a importância da EAN na escola para formação de hábitos saudáveis para os alunos. Contudo, ainda lhes faltam elementos formativos para compreender a dimensão total que tal temática pode abranger, assim como afirma o estudo realizado por Magalhães e Porte (2019). Apesar de a prática da alimentação saudável ser associada principalmente ao consumo de alimentos saudáveis, e dificilmente ser relacionada às questões culturais e sociais, o grupo de professoras conseguiu relacionar a EAN com outras questões que não somente a parte biológica, o que difere dos resultados de Magalhães e Porte (2019). As educadoras sugerem a importância do tempo disponível e de um ambiente tranquilo para realizar as refeições de maneira saudável, tal como sugere o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014).

Quando perguntadas sobre a formação e como buscam conhecimento acerca da temática alimentação, as professoras relataram que não tiveram, na graduação, uma disciplina que trabalhasse especificamente a EAN. É na prática e através de exemplos de outros docentes que aprendem sobre o tema, e quando precisam fazer alguma atividade ou projeto, buscam informações sobre o assunto na internet. Mas ficou claro na discussão que a falta de formação na graduação ou na própria instituição escolar é um impeditivo para promover trabalhos voltados à EAN.

[...] tem coisas que por mais esforçada, dedicada e competente que a professora seja, ainda não vê porque não tá na formação da pedagogia, não tá em nenhum lugar. (Prof.^a Mel).

É uma busca individual praticamente. (Prof.^a Cacau).

É na prática que a gente começa a observar. (Prof.^a Mara).

Porque quando alguém fala, tu começa olhar para aquilo. (Prof.^a Cacau).

Observou-se que, na Educação Infantil, há uma intencionalidade maior e “um certo” cuidado de se trabalhar as questões sobre alimentação com as crianças, pois as práticas, em sua maioria, estão vinculadas diretamente aos cuidados básicos como alimentação e higiene. Segundo Barbosa (2008), um dos elementos estruturantes das aprendizagens nessa etapa é a rotina pedagógica, sendo o momento das refeições um marcador importante de tal organização.

Já no Ensino Fundamental, a demanda com as disciplinas e conteúdos de linguagens e matemática são prioridades. Obedecendo aos critérios curriculares impostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o trabalho com a temática alimentação no que se refere ao corpo humano ocorre no quinto ano.

Para as professoras que participaram do grupo focal, a busca pelo conhecimento em temáticas sobre alimentação parte do interesse pessoal e é baseada em conhecimentos muito básicos e intuitivos. Constatou-se ainda que, na escola onde a pesquisa foi realizada, também não há materiais específicos para o trabalho com alimentação e a temática não é incluída nas formações pedagógicas.

Ainda são desconhecidas, por grande parte dos profissionais da área da educação, as leis que dão base à EAN e os documentos que orientam sua aplicabilidade, tais como: o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012); o Decreto Nº 8.553, de 3 de novembro de 2015; a Resolução de CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013; a Portaria Interministerial Nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Infantil, Fundamental e Nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional; o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Também temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que além de contribuir para a alimentação escolar na rede pública, repassando verbas para estados e municípios, também prevê a realização de ações de EAN.

Com a falta de uma organização curricular que especifique os conteúdos a serem trabalhados em cada ano e etapa da educação básica, somando-se ao fato de os profissionais da educação não receberem formação adequada durante o período acadêmico, a grande demanda de outros conteúdos escolares e a falta de ferramentas de apoio e materiais didáticos, os professores, no cotidiano escolar “real”, optam por não assumir mais uma exigência. Nesse viés, Verthein e Amparo-Santos (2021, p.

4850) ponderam que há um distanciamento “entre a teoria e a prática e incoerências entre o planejamento e a execução das atividades” pela falta de conhecimento dos educadores sobre EAN e seus principais conceitos, entre outros motivos, que acabam contribuindo no uso de técnicas e materiais inadequados no ambiente escolar, não levando em consideração a realidade e a cultura alimentar dos educandos.

Ainda nessa mesma perspectiva, Weirich e Menti (2022) reafirmam que a falta de conhecimento sobre a EAN gera insegurança nos professores em trabalhar de forma adequada essa temática, levando-os a buscarem informações na internet, em livros didáticos, entre outras fontes. A fim de reverter esse quadro, Moura e Leite (2019, p. 17) discutem a necessidade de inserir no currículo dos cursos de pedagogia, ou seja, na formação inicial de professores, disciplinas sobre educação alimentar e nutricional, “visto que a inserção das disciplinas propicia uma formação crítica e reflexiva aos licenciandos, no tocante a fomentar uma preparação consolidada da presente temática ao atuar na Educação Básica”.

Os conhecimentos que as crianças e os adolescentes possuem sobre os alimentos e a alimentação são compartilhados pela família, pela escola e pela publicidade. Conforme já mencionado, tais conhecimentos são, muitas vezes, influenciados pela economia e pela cultura que rege determinada sociedade. Sendo assim, os professores devem pensar em estratégias de apresentar e estudar o alimento e as práticas alimentares como “objeto de conhecimento”, considerando os valores que ele representa. Além disso, devem problematizar a temática a partir dos conhecimentos que os alunos já possuem sobre o assunto, apresentando novos saberes e possibilidades. A parceria e o alinhamento dos profissionais da educação com os profissionais da nutrição também deve ser uma das pautas estabelecidas nesse processo.

A Educação Alimentar e Nutricional é muito rica em possibilidades pelo seu potencial interdisciplinar e transdisciplinar. Em razão disso, a aplicabilidade da temática pode ser planejada de formas variadas, sendo relacionada com todas as áreas do conhecimento e com os diferentes componentes curriculares. Para isso, ela deve “estar articulada no currículo escolar de forma ampla e duradoura” (Marchesan et. al, 2022), em diferentes tempos e espaços sempre que possível, além de aproximar e promover o diálogo entre todos os profissionais que participam da promoção da EAN no ambiente escolar – sejam os educadores e funcionários da escola como

profissionais da área da saúde –, unindo-os em ações direcionadas e complementares (Maldonado et al., 2021; Boff et al., 2021; Marchesan et al., 2022). Os educadores devem ser capazes de criar situações de ensino-aprendizagem que respeitem o desenvolvimento cognitivo e as curiosidades dos educandos, reconhecendo e valorizando os seus saberes prévios e suas experiências familiares, sociais e culturais em relação às práticas e hábitos alimentares.

Convém reiterar, nessa abordagem, que o objetivo da formação em EAN é sensibilizar e instrumentalizar os educadores para que compreendam a relevância de trabalhar com a temática a partir de uma postura interdisciplinar, de maneira que relacionem os diferentes saberes, reorganizando-os a fim de promover a construção de novos conhecimentos (Barbosa & Fazenda, 1991, p. 65). Para tanto, devem valer-se de estratégias e recursos pedagógicos variados, que proporcionem um ensino que não seja simplista, determinista ou dicotômico (Rodrigues & Boog, 2006; Camozzi, et al., 2015). Ainda nesse sentido, os professores devem refletir e propor atividades diversificadas – ações, espaços e ferramentas diferentes – na tentativa de chamar a atenção das crianças sobre práticas alimentares saudáveis, superando a ideia de que alimentar-se de maneira saudável é apenas a ingestão de nutrientes para a manutenção da saúde e prevenção de doenças. É preciso fazer os educandos refletirem sobre a responsabilidade individual e coletiva dessa ação, “levando-se em conta os impactos das escolhas alimentares na saúde, na cultura e no meio ambiente” (Maldonado et al., 2021, p. 8).

Também é importante qualificar os profissionais para que desenvolvam a competência de selecionar e adaptar as informações acessadas em diferentes meios, como livros didáticos, internet, artigos científicos, entre outros, já que as informações contidas nesses recursos podem ser insuficientes ou distorcidas, causando prejuízo aos alunos. Além de formar os educadores, também é preciso divulgar e compartilhar conhecimentos, criar materiais de apoio pedagógico e ferramentas para estimular a EAN. Observando o estudo realizado por Maldonado et al. (2021), compreende-se que uma das formas de realizar propostas assertivas de EAN no ambiente escolar é estimular os educadores a participar ativamente da construção de recursos didáticos e materiais que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de seus educandos.

3.3 Terceiro Eixo de Discussão: A Importância da EAN no Ambiente Escolar

A escola é uma instituição estratégica para a aplicação da EAN. Por alcançar a maior parte da população em um período importante para a formação de hábitos alimentares dos sujeitos, entende-se que a presença de ações em EAN no ambiente escolar é essencial para contribuir com o desenvolvimento de saberes e práticas alimentares mais saudáveis. Assim como também é uma importante ferramenta que incentiva a reflexão sobre a alimentação, colaborando, entre outras questões, na prevenção de doenças não transmissíveis, como a obesidade (Pontes et al., 2016; Santos et al., 2019).

Pensar sobre a alimentação e seus processos para o ser humano e o meio ambiente é uma forma de incentivar crianças e adolescentes a melhorarem seus hábitos alimentares e o engajamento social e ambiental. Quando tais conhecimentos são difundidos no ambiente escolar, há benefícios para toda a comunidade escolar, pois esses jovens se tornam “multiplicadores do conhecimento” entre seus pares e familiares (Lucena et. al, 2019).

Por ser um ambiente coletivo, no qual o grupo exerce grande influência sobre o sujeito, a escola é um ambiente que pode favorecer o desenvolvimento de bons hábitos alimentares. Segundo Accioly (2009), “a alimentação é um ato, não apenas fisiológico, mas também de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência” (Accioly, 2009, p. 3).

Entretanto, conforme já apresentado ao longo desta publicação, apesar de o ambiente escolar ser um espaço privilegiado para a promoção da EAN, ainda está distante de consolidar os processos de educação alimentar e nutricional por falta da formação profissionais que nele atuam.

Segundo as professoras entrevistadas, há diferentes possibilidades de se trabalhar com EAN na escola. A título de exemplo, pode-se citar as contações de histórias, as dinâmicas que ocorrem nos momentos das refeições, os encontros com as famílias para debater o assunto, as experimentações nas brincadeiras livres ou nas atividades dirigidas etc.

a gente trazer de outras formas, como uma simples roda de leitura, que não é simples, mas assim, não com essa conotação de nutrição apenas, assim, sabe? [...] se essa árvore ela é alta, se ela é uma arvore, planta rasteira, enfim, eu acho isso aí é muito conhecimento, não precisa ser só provando, comendo. Enfim, eu acho que pode ser porque a criança ela aprenda de diversas maneiras, a criança, enfim, o ser humano, que é o vendo, o fazendo. Então o visual, é cheirando, é com as mãos né? É o escutando quando alguém tá falando pra mim. Então são diversas formas de aprendizagens né. Eu acho que sim, a alimentação que estar em outros meios com certeza. (Profª Cacau)

A partir dessa fala da professora, reitera-se que é preciso oportunizar a EAN através de recursos didáticos e estratégias pedagógicas organizadas e pensadas para instigar a curiosidades dos alunos e para que suas aprendizagens sejam significativas. As ideias sobre alimentação devem ocupar todos os espaços da escola, de maneira lúdica, instigante e desafiadora para as crianças. É fundamental oportunizar que as crianças pensem em alimentação para além do ato de comer, mas sim, desde sua produção, preparo, consumo e descarte.

Assim, cabe aos professores criar espaços com contextos que permitam observação, investigação e análise dos alimentos e os processos que envolvem sua produção e consumo. Cabe também a eles usar artefatos culturais para complementar e potencializar as estratégias de ensino e aprendizagens. Além disso, compete-lhes incentivar a autonomia das crianças, respeitando suas individualidades e preferências (Brasil, 2007, p. 16).

Crianças são sujeitos concretos, precisam tocar, cheirar e olhar bem de perto para se envolverem com entusiasmo. É preciso, pois, criar situações que permitam às crianças investigarem e experimentarem alimentos variados, seus sabores, aromas e texturas com autonomia. É imprescindível que elas aprendam a valorizar os aspectos sensoriais, sensibilizando-as à curiosidade por conhecerem e experimentarem novos alimentos (Coura, 2019).

É necessário compreender que todas as ações no ambiente escolar têm caráter educativo; portanto, na escola a alimentação sempre será uma ação pedagógica. Por isso, os adultos – professores, monitores, auxiliares de educação e demais funcionários – devem ter consciência do importante papel que representam para os alunos e se comprometer com a educação alimentar através do próprio exemplo (Accioly, 2009; Santos et al., 2019). A escola, como instituição de educação, deve repensar a oferta de alimentos em todas as suas propostas culinárias: piqueniques, dias comemorativos, entre outras ações (Accioly, 2009, p. 7).

Assim, promover a EAN no ambiente escolar é uma ação interdisciplinar, intersetorial e de responsabilidade de toda a comunidade escolar, a qual deve promover a reflexão e o estímulo ao desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis desde a infância.

4. Conclusão

As educadoras participantes deste estudo demonstram que entendem a importância da EAN, bem como a função da escola, juntamente com a família, para promover as aprendizagens sobre a temática e para colaborar com transformação dos hábitos alimentares das crianças. Ademais, reconhecem que a falta de formação dos professores atrapalha tal processo.

Com a falta de uma organização curricular que especifique os conteúdos a serem trabalhados em cada ano e etapa da educação básica, somando-se ao fato de os profissionais da educação não receberem formação adequada durante o período acadêmico, à grande demanda de outros conteúdos escolares e à falta de ferramentas de apoio e materiais didáticos, os professores no cotidiano escolar “real” optam por não assumir mais uma exigência. Por isso, observa-se que a EAN é realizada de maneira parcial e intuitiva pelos professores.

Por tais motivos, consideramos que é fundamental investir em formação adequada e contínua para os profissionais da educação, bem como construir e divulgar materiais didáticos apropriados para o uso deste público. Também salientamos a importância da aproximação dos profissionais da área da nutrição da comunidade escolar, através de ações em conjunto com os professores.

Outro ponto que consideramos importante é o estabelecimento de um plano de EAN, a fim de criar estratégias de ensino para todos os seguimentos da educação

básica, através de ações interdisciplinares que se complementam ao longo do processo escolar, aproximando da realidade dos educandos os temas relevantes sobre alimentação como saúde individual e comunitária, sustentabilidade e meio ambiente, entre outros. Para isso, é preciso inserir a temática no currículo escolar de maneira mais objetiva e organizada por etapas, viabilizando e valorizando o tema.

Entendemos que a escola, nesta propositiva, deve ter como um dos principais objetivos o desenvolvimento de uma consciência alimentar crítica como uma competência individual e coletiva de seus alunos. Para tanto, é importante incluir a EAN como parte da cultura escolar, ou seja, uma prática cotidiana, que é pensada e trabalhada por todos os profissionais da instituição, com estratégias pedagógicas diversificadas, em diferentes tempos e espaços, buscando chamar atenção dos educandos, mas também de toda a comunidade escolar.

Ao concluir esta pesquisa, reforçamos a importância de dar continuidade aos estudos sobre a EAN no ambiente escolar e, principalmente, atendendo e orientando os profissionais da educação básica. Além disso, é preciso investigar, de maneira mais prática, na formação docente inicial e as formações continuadas, para que, através do conhecimento da legislação vigente e de práticas pedagógicas pautadas em um amplo conhecimento sobre a alimentação e sua relação com as diferentes áreas do conhecimento, professores possam colaborar para que crianças e adolescentes desenvolvam uma consciência alimentar crítica e responsável.

Referências

Accioly, E. (2009). A escola como promotora da alimentação saudável. *Rev. Ciência em Tela*, Rio de Janeiro, 2(2), 1-9.

Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R., & Lunardi, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas: o mundo da saúde. *O Mundo da Saúde*, 35(4), 438-442.

Barbosa, D. & Fazenda, I. (1991). *A competência do educador popular e a interdisciplinaridade do conhecimento: práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Ed. Cortez.

Barbosa, M. C. S. (2008). *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed.

Barbosa, N. V. S. Machado, N. M. V., Soares, M. C. V., & Pinto, A. R. R. (2013). Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 937-945. <https://www.redalyc.org/pdf/630/63026309005.pdf>

Brasil. (2009). *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm

Brasil (2018). *Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm

Brasil. (2019). *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos*. Brasília: Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_2anos.pdf.

Brasil. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf.

Brasil. (2008). *Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas*. Brasília: Ministério da Saúde. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&e=src=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj4tpKDmNz2AhUhr5UCHQzeBm0QFnoECAQQAQ&url=https%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fmanual_operacional_profissionais_saude_e_educacao.pdf&usq=AOvVaw1S42eFfyZgQ7LpfwRSAN2z

Brasil. (2006). *Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006*. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Biblioteca Virtual em Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html

Brasil. (2012). Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf

Brasil (2013). *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: ABRANDH. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

Brasil (2020). *Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Casa Civil. <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6>

Brasil (2007). Secretaria de Educação Básica. Módulo 10: *alimentação e nutrição no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.

Boff, E. T. de O., Bernard, A., & Carvalho, G. S. de. (2021). Promoção da alimentação saudável no contexto do livro didático e do fazer docente. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade. *Revista Eletrônica de Educação*, 15 (1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.14244/198271994910>

[Camozi, A. B. Q., Monego, E. T., Menezes, I. H. C.F., & Silva, P. O. \(2015\). Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia? *Cad. Saúde Colet.*, 23 \(1\), 32-7.](#)

Cardoso E. R., & Ferreira J. C. de S. (2022). A importância da alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida. *Research, Society and Development*, 11 (7), 1-12. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29822>.

Coura, C. P. (2019). *Expansão do universo alimentar de pré-escolares: estudo de intervenção*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=\(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCZA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCZA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false).

Kaufman, A. (2013). Alimento e emoção. *ComCiência*, 145 (1), 1-7.

Lucena, B. P., Mediros, T. K. F., & Ferreira, M. A. A. (2019). *A importância da educação nutricional na escola*. Anais VI Congresso nacional de educação. Fortaleza, Ceará. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA16_ID12760_23092019223645.pdf

Magalhães, H. H. S. R., & Porte, L. H. M. (2019). Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciênc. Educ.*, 25(1), 131-144. <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?lang=pt&format=pdf>.

Maldonado, L., Farias, S. C., Damião, J. de J., Castro, L. M. C., Silva, A.C. F., & Castro, I. R. R. (2021). Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Cad. Saúde Pública*, 37(1), e00152320. <https://www.scielo.br/j/csp/a/PTK8HYywZMDmPLpv5hWZnvL/?format=pdf&lang=pt>

Marchesan, C., Piasetzki, C. T. da R., Boff, E. T. de O., & Bianchi, V. (2022). Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao Currículo Escolar. *Revista educação, ciência e cultura*, 27(1), 1-13. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8893>.

Martinelli, S. S., & Cavalli, S. B. (2019). Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Revisão. Ciênc. Saúde coletiva*, 24(11), 4251-4261.

Minayo, M. C. de S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

Moura, F. N. de S., & Leite, R. C. M. (2019). A educação alimentar e nutricional em questão: desdobramentos na formação inicial de professores pedagogos. *Research, Society and Development*, 9(2), e109922141. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2141>

Paula, S. R. de, & Faria, M. A. de. (2010). Afetividade Na Aprendizagem. *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 1 – nº 1*.

Pontes, A. M. O; Rolim, H. J. P., & Tamasia, G. A. (2016). A importância da Educação Alimentar e Nutricional na prevenção da obesidade em escolares. Registro: Faculdades Integradas do Vale do Ribeira. https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/032_importancia_educacao_alimentar_nutricional.pdf

Ramos, M., & Stein, L. M. (2000). Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. *Jornal de Pediatria*, 76(3), 229-237.

Rio Grande do Sul. (2018). Lei nº 15.216, de 30 de julho 2018. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul. <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/lei%2015.216.pdf>

Rodrigues É. M., & Boog, M. C. F. (2006). Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(5):923-931, mai. <https://www.scielo.br/j/csp/a/Xy3wdgZJTssMbnBb483MVvM/?format=pdf&lang=pt>

Santos, K. M., Martins, M. L., Marinho, L. C. S., Sobrinho, S. A. G. V., Alves, I. L. C., & Santos M. A. (2019). Alimentação de crianças em ambiente escolar: uma visão interdisciplinar. *Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, (6)2, 85-91.

Tassoni, E. C. M., & Leite, S. A. da S. (2013). Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. *Educação*. 36(2), 262-71.

Verthein U. P., & Amparo-Santos L. (2021). A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Supl. 3), 4849-4858.

Weirich, J & Menti, M. de M. (2022). Inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares. *Research, Society and Development*, 11(10), e545111033042. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i10.33042>

WISNIEWSKI, M. (2007). *O comer consciente: perspectivas para a educação alimentar na infância*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR.

4.3 Análise quantitativa

Neste estudo enfatizamos a importância da educação alimentar e nutricional para o desenvolvimento da autonomia alimentar dos escolares, através do conhecimento relacional e interdisciplinar – e se possível transdisciplinar – das diferentes áreas de saberes, colaborando para o bem-estar individual e coletivo em todas as suas esferas (social, econômica, política, ambiental etc.), visando a sustentabilidade dos recursos naturais e o cuidado com o planeta.

Para isso, é importante que, além das leis que determinam a educação alimentar em nosso país, também se organize o currículo escolar de maneira que o mesmo contemple as necessidades de cada etapa da educação eficazmente. Também é essencial a formação docente de qualidade já nos cursos de licenciaturas, e cursos de formação continuadas que apresentem e discutam o tema a partir de conhecimentos científicos específicos da nutrição e de outras áreas que se complementam, assim como as questões históricas e atuais que estejam ligadas a alimentação em todos os sentidos (produção, preparo, consumo etc).

4.3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

Das educadoras que responderam ao questionário, a maioria atua na educação infantil (46%) e ensino fundamental (37%). São mulheres com mais de 10 anos de atuação na educação básica. Quanto à formação, 48% dos profissionais é graduado em pedagogia e/ou pedagogia mais outra licenciatura, e 46% possuem outras licenciaturas ou formações – Letras, Ed. Física, Biologia, História, Geografia, Matemática, Magistério, Turismo e Publicidade. 6% dos participantes não especificaram a formação. Quase que o total dos participantes possui pós-graduação, sendo que 77% são especialistas e 12% possuem mestrado.

Quadro 7 – Perfil dos participantes

Gênero	Total	Função	Total	Formação*	Total	Pós-graduação	Total	Tempo de atuação na área	Total
Feminino	34	Professor/a	27	Pedagogia	12	Especialização	27	Mais de 10 anos	21
Masculino	1	Auxiliar de educação	8	Pedagogia + outra licenciatura	5	Mestrado	4	Menos de 10 anos	14
				Licenciaturas/bacharelado	16	Doutorado	0		
				Letras (4)					
				Ed. Física (3)					
				Biologia (2)					
				História (2)					
				Geografia (1)					
				Matemática (1)					
				Turismo (1)					
				Publicidade (1)					
				Magistério (1)					

Observação: 2 educadores não responderam o item FORMAÇÃO, por esse motivo o total é 33.
 Fonte: elaborado pela autora.

Um dado que nos chamou atenção foi que apenas uma pessoa que respondeu ao questionário era do sexo masculino. É importante ressaltar que o corpo docente, assim como as auxiliares de educação da instituição pesquisada, é composto em sua maioria por mulheres, sendo absoluta a presença de professoras regentes na educação infantil e ensino fundamental I. Contudo, mesmo que a maioria das profissionais da escola sejam mulheres, o que nos parece neste caso, é que a temática educação alimentar, seja de maior interesse do público feminino ou atribuída as mulheres por estar relacionada diretamente aos “cuidados” do corpo, da saúde e das crianças.

O predomínio da figura feminina nas duas primeiras etapas de ensino, pode ser atribuído ao processo educacional e a “feminização da educação” em meados do século XIX, no qual as mulheres ocuparam um espaço de trabalho no qual ao mesmo tempo que exerciam o magistério, eram preparadas para saber cuidar do lar e da família, que seria sua função principal (LOURO, 1994). Algum dos dados coletados nesta pesquisa apontam indícios importantes sobre comportamentos estigmatizados sobre questões relativas ao gênero, etapas da educação e a alimentação no espaço

escolar. As questões de gênero implicam diretamente nos modos como a sociedade se estrutura, pois afetam a compreensão que as pessoas têm dos papéis “concreto e simbólico” que cada um exerce, e também determinam valor sobre suas ações (LOURO, 1994, p.33).

O entendimento que a sociedade tem sobre o papel das professoras das crianças menores, principalmente da educação infantil, contribuem para um trabalho pedagógico, apesar de especializado, menos valorizado.

Por esse motivo, entendemos que discutir sobre educação em ciência e investir em formação de qualidade para as profissionais das primeiras etapas da educação pode contribuir para a maior valorização do trabalho pedagógico e dar mais visibilidade para a Educação Alimentar e Nutricional como conteúdo curricular essencial para desenvolver importantes ações no espaço escolar. Afinal, acreditamos que a alimentação vai muito além das questões de cuidado e manutenção da saúde, mas sim, ao se alimentar o indivíduo “cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo” (MACIEL, 2001, p. 145).

4.3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para melhor analisar os dados, dividiremos as questões por categorias de análise. As questões estão divididas em 3 categorias: O ambiente escolar e a promoção EAN; Organização curricular; Formação docente.

4.3.2.1 O AMBIENTE ESCOLAR E A PROMOÇÃO DA EAN

A escola tem uma função importante para diferentes aprendizagens, dentre elas de hábitos saudáveis em relação a alimentação. Como já discutimos, o ambiente escolar favorece o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, influenciando através das práticas pedagógicas e do vínculo com os professores e com os seus pares.

Segundo o guia alimentar para população brasileira, a alimentação está associada à boa saúde e ao nosso bem-estar não somente pela ingestão necessária de nutrientes, mas também em como combinamos e preparamos os alimentos e como

os consumimos, e isto está relacionando com questões “culturais e sociais das práticas alimentares” (BRASIL, 2014, p. 15). E é na escola que, na maioria das vezes, as crianças e adolescentes têm a oportunidade de aprender sobre a diversidade alimentar observando pessoas que tem hábitos e percepções diferentes sobre a alimentação, sendo esta uma oportunidade para promover discussões sobre o tema e pensar de maneira prática sobre as questões coletivas.

A maioria dos educadores concordam totalmente e parcialmente (80% CT e 20% CP) que a escola é um lugar adequado para desenvolver hábitos alimentares saudáveis e para a criança aprender sobre alimentação (91% CT e 9% CP). A maioria dos profissionais concordam totalmente e parcialmente que é uma das funções da escola ensinar quais alimentos compõe uma alimentação saudável. Concordam também que a alimentação neste espaço tem uma função pedagógica.

As cantinas escolares e os momentos de alimentação coletiva na escola podem influenciar o comportamento alimentar das crianças e adolescentes. Em relação à existência de bares e cantinas no ambiente escolar, a maioria dos educadores discordam totalmente ou parcialmente, 43% e 37% respectivamente, da proibição destes estabelecimentos dentro das escolas, e apenas 11% concordam com esta afirmativa (CT=8% e CP=3%) e 9% nem discordam e nem concordam. 46% concordam totalmente e 28% Concordam parcialmente que a existência de bares e cantinas nas escolas deveria ser condicionada à venda exclusiva de alimentos saudáveis, dos outros 26% dos participantes, 20% discordam parcialmente e totalmente que seja exclusiva a venda de alimentos saudáveis nas cantinas escolares, e 6 % nem concordam nem discordam.

Os educadores também discordam (DT=26% e DP=46%) que os escolares não comprariam alimentos e bebidas nos bares e cantinas se esses comercializassem apenas produtos saudáveis, 17% concordam parcialmente com esta afirmativa e 11% nem concordam nem discordam. Já para 85% (CT=37% e CP=48%) dos educadores o tipo de alimento ofertado na escola, seja na alimentação escolar e/ou no bar/cantina/lanchonete, influencia os hábitos alimentares dos escolares, 9% discordam parcialmente e 6% não concordam nem discordam com esta afirmação.

A escola em questão tem uma cantina que, além de atender aos estudantes, funcionários e famílias no local, também fornece a alimentação para a educação infantil. O estabelecimento funciona seguindo as regras e fornecendo preparações adequadas conforme a legislação vigente. Lembrando que desde 2018 já é proibida pela lei Nº15.216 a comercialização de alimentos que podem prejudicar a saúde das pessoas e que tem relação com a obesidade, hipertensão e diabetes, tanto em cantinas escolares privadas quanto em escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul.

Já em relação à conduta dos professores, para 89% dos educadores, suas atitudes em relação à alimentação no ambiente escolar influenciam a alimentação dos seus alunos, sendo que (46%CT e 43%CP) e apenas 4% dos participantes discordam desta afirmação. A maior parte dos participantes, 71% concordam que os professores devem consumir na escola somente alimentos saudáveis (54% CP e 17% CT), e apenas 15% discordam desta afirmação. 91% dos educadores concordam que os escolares têm interesse em atividades que envolvem a temática alimentação saudável, mas em relação à afirmação de os escolares não reconhecerem a importância de ter uma boa alimentação, 40 % concordam parcialmente e 37% discordam, sendo que 26% discordam parcialmente, e 23% nem concordam nem discordam.

Sobre os escolares terem uma alimentação adequada em casa, as respostas dos participantes ficam equilibradas. 34% discordam parcialmente que os escolares têm uma alimentação adequada em casa, e 31% concordam parcialmente, já 29% nem concordam nem discordam. Quando à questão sobre os escolares terem uma alimentação adequada na escola, a maioria dos participantes, 80% (60% CP e 20% CT) concordam com a afirmativa, e apenas 9% discordam parcialmente, e 11% nem concordam nem discordam. 43% dos educadores concordam parcialmente e 40% discordam parcialmente que os escolares não gostam de consumir alimentos saudáveis. Mas 88% (48% CT e 40% CP) concordam que alimentação da criança é reflexo da alimentação dos adultos com quem ela convive e apenas 6% discordam parcialmente dessa afirmativa.

Apesar da maior parte dos educadores concordar que a escola é um espaço que auxilia no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, mais da metade

dos participantes (57%= 17% CT e 40% CP) acredita que é função dos pais ensinar as crianças a terem uma boa alimentação e não dos professores. Entendemos que a parceria entre escola e família auxilia neste processo e facilita as aprendizagens dos alunos.

Quadro 8 – O ambiente escolar e a promoção da EAN

QUESTÃO	CT	CP	NCND	DP	DT	TOTAL
1- A escola é um local adequado para auxiliar a criança a desenvolver hábitos alimentares saudáveis.	28 80%	7 20%	0 0%	0 0%	0 0%	35
2- A escola é um local adequado para a criança aprender sobre alimentação saudável.	32 91%	3 9%	0 0%	0 0%	0 0%	35
3- Ensinar aos escolares quais são os alimentos que compõem uma alimentação saudável é uma das funções da escola.	21 60%	14 40%	0 0%	0 0%	0 0%	35
4- A alimentação na escola tem uma função pedagógica.	29 83%	6 17%	0 0%	0 0%	0 0%	35
5- Deveria ser proibida a existência de bares e cantinas nas escolas.	3 8%	1 3%	3 9%	13 37%	15 43%	35
6- A existência de bares e cantinas nas escolas deveria ser condicionada à venda exclusiva de alimentos saudáveis.	16 46%	10 28%	2 6%	6 17%	1 3%	35
7- Os escolares não comprariam alimentos e bebidas nos bares e cantinas se esses comercializassem apenas produtos saudáveis.	0 0%	6 17%	4 11%	16 46%	9 26%	35
8- Os escolares têm interesse em atividades que envolvem a temática alimentação saudável.	10 28%	22 63%	2 6%	1 3%	0 0%	35
9- Os escolares não reconhecem a importância de ter uma boa alimentação.	0 0%	14 40%	8 23%	9 26%	4 11%	35

10- Os escolares têm uma alimentação adequada em casa.	0	11	10	12	2	35
	0%	31%	29%	34%	6%	
11- Os escolares têm uma alimentação adequada na escola.	7	21	4	3	0	35
	20%	60%	11%	9%	0%	
12- Os escolares não gostam de consumir alimentos saudáveis.	2	15	4	14	0	35
	6%	43%	11%	40%	0%	
13- É papel dos pais e não dos professores ensinar as crianças a terem uma boa alimentação.	6	14	2	10	3	35
	17%	40%	6%	29%	8%	

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E A EAN

O currículo escolar define os temas e os conteúdos a serem trabalhados conforme os anos e etapas escolares. Neste terceiro eixo analisaremos o entedimento que os educadores possuem sobre a EAN no currículo e como este tema deve ser trabalhado no cotidiano escolar.

A maioria dos participantes, 83%, sendo que desse total, 46% discordam totalmente da afirmação que trabalhar o tema alimentação saudável no ambiente escolar não irá modificar os hábitos alimentares dos escolares. Sobre trabalhar o tema alimentação saudável nas disciplinas de Ciências Biológicas e de Educação Física, 66% dos educadores discordam, sendo 40%DT e 26%DP, mas é significativo o percentual de educadores que concordam com esta afirmação, somando-se 34% dos participantes (3%CT e 31% CP).

Por outro lado, todos os participantes (100%), concordam que o tema alimentação saudável deve ser trabalhado de forma transdisciplinar nas disciplinas que compõem o currículo, sendo que deste total, 80% concordam totalmente com esta afirmativa. E sobre a alimentação saudável ser um tema transversal e interdisciplinar, pois nenhuma área do conhecimento isoladamente tem condições suficientes para explicá-la, 69% dos participantes concordam (40% CT e 29% CP) com esta afirmativa e 25% discordam (17% DP e 8% DT). Os educadores concordam (66% CT e 33% CP)

que o tema alimentação saudável é uma possibilidade de articular e integrar as áreas dos conhecimentos no currículo escolar, e a maioria, ou seja, 89% (49% DT e 40% DP) discorda que não é possível trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal em função do excesso de conteúdos programados para serem abordados durante o ano letivo.

72% dos educadores discordam (46% DP e 26% DT) que a temática alimentação saudável deva ser trabalhada na escola pelo nutricionista, 17% (14% CP e 3% CT) concordam com a afirmação e 11% nem concordam nem discordam. A maioria dos educadores, 74% (43% DT e 31% DP) não concorda que deva existir uma disciplina específica para trabalhar a temática.

Na questão que se afirma que, para os escolares aprenderem sobre alimentação saudável, não é suficiente trabalhar a temática de forma transversal e interdisciplinar, entre os educadores há um certo equilíbrio nas respostas, talvez por não apontar outros meios/ações pedagógicas para trabalhar a temática, pois 49% discordam da afirmativa (32% DP e 17% DT), 37% concordam parcial e 14% nem concordam nem discordam, talvez por não apontar outros meios/ações pedagógicas para trabalhar a temática.

Outro resultado que ficou bem equilibrado foi em relação à afirmativa que sugere que a alimentação saudável seja trabalhada na educação integral, no turno inverso, em oficinas específicas. 52% dos participantes concordam com a afirmativa, sendo que 26% concordam totalmente e 26% concordam parcialmente, já 28% discordam parcialmente e 6% discordam totalmente. 14% dos educadores nem discorda nem concorda com a afirmativa. A maioria dos participantes, 54% concordam parcialmente e 3% concordam totalmente quando afirmado que os professores da educação infantil são os mais indicados para trabalhar a temática alimentação saudável em função dos hábitos alimentares serem formados nos anos iniciais da infância. Já 35% (26% DP e 9% DT) discordam desta afirmação.

Para 94%, a temática alimentação saudável deveria ser trabalhada pelo professor com o auxílio técnico do nutricionista, sendo que 48% concordam totalmente e 46% concordam parcialmente, e apenas 6% (3% DT e 3% DP) discordam disso. 46% dos participantes concordam (43% CP e 3% CT) que é recomendável que o Ministério da Educação defina, para cada área do conhecimento ou disciplina, o

conteúdo sobre alimentação a ser abordado pelo professor e 43% (26% DP e 17% DT) discordam desta afirmação. O que parece é que os profissionais da educação sentem necessidade de suporte para trabalhar com educação alimentar pois, 77% dos educadores concordam (51% CP e 26% CT) que deveria ser criada uma diretriz específica para a Educação Alimentar e Nutricional, e 72% concordam (46% CT e 26% CP) que deveria existir no currículo dos cursos de licenciaturas, das diferentes áreas, uma disciplina que abordasse e discutisse o conceito 'alimentação saudável'. Quando se afirma que os professores são os profissionais mais indicados para trabalhar o tema alimentação com crianças e adolescentes, 63% dos educadores concordam (57% CP e 8% CT) e 29% discordam (26% DP e 3% DT) dessa afirmação.

A maior parte dos educadores, 83% concordam com a afirmativa de que abordar o tema transversal 'Educação Alimentar e Nutricional' consiste em trabalhar com os escolares o conteúdo alimentação saudável em sala de aula, sendo que (43% CP e 40% CT). Mas por outro lado, 97% concordam que o ensino da alimentação saudável não ocorre somente dentro da sala de aula, sendo que 91% concorda totalmente com essa afirmação. Isso significa que os educadores reconhecem a importância de diferentes ações, tempo e espaços para trabalhar com uma temática que consideram integradora, como foi percebido pelas respostas das questões que relacionam a educação alimentar com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Acreditamos que trabalhar a educação alimentar de maneira isolada, restrita a uma disciplina, fará com que essa temática perca seu potencial, pois é exatamente a inteiração de diferentes conteúdos que torna a alimentação um tema riquíssimo para explorar diversos campos de conhecimentos e construir saberes e valores ligados ao sujeito individual em todas as suas esferas (cultural, religiosa, social etc.) e as questões coletivas e seu papel no mundo.

E se sabemos que nossas escolhas pessoais interferem nas questões coletivas, então precisamos compreender também que a autonomia que buscamos desenvolver juntos com os alunos não será uma "liberdade absoluta", como bem define Morin (2000), pois somos dependentes do meio em que vivemos, seja ele "natural, cultural ou social". Sendo assim, "a autonomia não é possível em termos absolutos, mas em termos relacionais e relativos" (MORIN, 2000 P. 118). Mesmo que o sentido do conceito de autonomia dado pelo autor aqui seja de autonomia no sentido

geral, podemos relacioná-lo com as questões alimentares e da educação como um todo e com a importância do ensino da temática alimentação colaborar para um pensamento complexo e relacional com outras situações contemporâneas.

100% dos educadores concordam (57% CT e 43% CP) que ações pontuais na escola, como as palestras, não são suficientes para melhorar a alimentação dos escolares. Já 91% (51% DT e 40% DP) discordam que, para modificar o hábito alimentar de uma pessoa, basta que ela aprenda sobre os nutrientes que cada alimento contém. 100% dos participantes concordam, sendo que 83% concordam totalmente que, o ensino da alimentação saudável tem como objetivos construir a noção de alimentação saudável, favorecer a autonomia alimentar e melhorar a alimentação dos escolares.

97% dos educadores concordam que o ensino da alimentação saudável deve favorecer o consumo de alimentos naturais e desaconselhar o consumo de industrializados, sendo que, desse total, 46% concordam totalmente e 51% parcialmente. Ressaltando que, não é função dos professores fazerem orientação nutricional, muito menos definir para os alunos o que é certo ou errado, apontando dietas alimentares “adequadas”, mas sim, incentivando a conhecer mais sobre os alimentos e tudo que está relacionado com a ação de se alimentar.

Com relação à atribuição do ensino desta temática na educação infantil por ser um período importante na formação dos hábitos alimentares, pode ser que isso possa se confundir com os cuidados básicos que acabam fazendo parte da rotina nesta etapa da educação, como os momentos das refeições, higiene e o descanso, que são, com certeza, aspectos importantes para as crianças pequenas. Contudo, neste caso, possuem objetivos diferentes de uma proposta de educação alimentar que almejamos para desenvolver a autonomia alimentar com relações mais éticas e sustentáveis (BOOG, 2004).

Quadro 9 – O currículo e EAN

Questão	CT	CP	NCND	DP	DT	TOTAL
16- Trabalhar o tema alimentação saudável no ambiente escolar não irá modificar os hábitos alimentares dos escolares.	0	6	0	13	16	35
	0%	17%	0%	37%	46%	
17- Em função dos conteúdos curriculares, o tema alimentação saudável deve ser trabalhado,	1	11	0	9	14	35

preferencialmente, nas disciplinas de Ciências Biológicas e de Educação Física.	3%	31%	0%	26%	40%	
18- O tema alimentação saudável deve ser trabalhado de forma transdisciplinar nas disciplinas que compõem o currículo.	28	7	0	0	0	35
	80%	20%	0%	0%	0%	
19- A alimentação saudável é um tema transversal e interdisciplinar, pois nenhuma área do conhecimento isoladamente tem condições suficientes para explicá-la.	14	10	2	6	3	35
	40%	29%	6%	17%	8%	
20- O tema alimentação saudável constitui uma possibilidade para efetivar a articulação e integração das áreas do conhecimento na organização do currículo escolar.	23	12	0	0	0	35
	66%	33%	0%	0%	0%	
21- Em função do excesso de conteúdos programados para serem abordados durante o ano letivo, não é possível trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal.	0	4	0	14	17	35
	0%	11%	0%	40%	49%	
22- A temática alimentação saudável deve ser trabalhada na escola, preferencialmente, pelo Nutricionista.	1	5	4	16	9	35
	3%	14%	11%	46%	26%	
23- Deve existir uma disciplina específica para trabalhar a temática alimentação saudável com os escolares.	0	2	7	11	15	35
	0%	6%	20%	31%	43%	
24- Para os escolares aprenderem sobre alimentação saudável não é suficiente trabalhar a temática de forma transversal e interdisciplinar.	0	13	5	11	6	35
	0%	37%	14%	32%	17%	
25- A temática alimentação saudável deve ser trabalhada na educação integral, no turno inverso, em oficinas específicas.	9	9	5	10	2	35
	26%	26%	14%	28%	6%	
26- Em função dos hábitos alimentares serem formados nos anos iniciais da infância, os professores da educação infantil são os mais	1	19	3	9	3	35

indicados para trabalhar a temática alimentação saudável.	3%	54%	8%	26%	9%	
29- A temática alimentação saudável deveria ser trabalhada pelo professor com o auxílio técnico do nutricionista.	17	16	0	1	1	35
	48%	46%	0%	3%	3%	
30- É recomendável que o Ministério da Educação defina, para cada área do conhecimento ou disciplina, o conteúdo sobre alimentação a ser abordado pelo professor.	1	15	4	9	6	35
	3%	43%	11%	26%	17%	
31- Como as Diretrizes Curriculares Nacionais reúnem princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as propostas curriculares das escolas, deveria ser criada uma diretriz específica para a Educação Alimentar e Nutricional.	9	18	2	6	0	35
	26%	51%	6%	17%	0%	
37- Deveria existir no currículo dos cursos de licenciaturas, das diferentes áreas, uma disciplina que abordasse e discutisse o conceito 'alimentação saudável'.	16	9	4	3	3	35
	46%	26%	11%	8%	9%	
40- Os professores são os profissionais mais indicados para trabalhar o tema alimentação com crianças e adolescentes.	3	20	2	9	1	35
	8%	57%	6%	26%	3%	
44- Abordar o tema transversal 'Educação Alimentar e Nutricional' consiste em trabalhar com os escolares o conteúdo alimentação saudável, em sala de aula.	14	15	4	2	0	35
	40%	43%	11%	6%	0%	
46- Para modificar o hábito alimentar de uma pessoa, basta que ela aprenda sobre os nutrientes que cada alimento contém.	1	0	2	14	18	35
	3%	0%	6%	40%	51%	
48- O ensino da alimentação saudável tem como objetivos construir a noção de alimentação saudável, favorecer a autonomia alimentar e melhorar a alimentação dos escolares.	29	6	0	0	0	35

	83%	17%	0%	0%	0%	
49- O ensino da alimentação saudável não ocorre somente dentro da sala de aula.	32	2	0	0	1	35
	91%	6%	0%	0%	3%	
50- Ações pontuais na escola, como as palestras, não são suficientes para melhorar a alimentação dos escolares.	20	15	0	0	0	35
	57%	43%	0%	0%	0%	
51- O ensino da alimentação saudável deve favorecer o consumo de alimentos naturais e desaconselhar o consumo de industrializados.	16	18	0	1	0	35
	46%	51%	0%	3%	0%	

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste eixo vamos tentar compreender o entendimento dos educadores com relação à própria formação, e se consideram que estão preparados para trabalhar com a EAN.

83% (37% CT e 46% CP) dos educadores concordam com a afirmação de que muitos profissionais da área da educação consideram importante a temática alimentação, entretanto não trabalham por causa da falta de tempo, pela sobrecarga de trabalho, pela falta de conhecimento específico do conteúdo e/ou por não conseguir articular o tema com os conteúdos de suas disciplinas. Já 80% dos educadores (60% CP e 20% CT) concordam que os professores deveriam ter acesso a um livro ou manual sobre alimentação contendo sugestões de atividades para trabalhar o conteúdo em sala de aula, e 11% dos participantes nem concordam nem discordam. Já sobre o livro didático ser uma boa fonte de consulta sobre a temática, 49% concordam com a afirmativa, sendo 37% concordam parcialmente, 29% nem concordam e nem discordam e 22% discordam (11% DT e 11% DP).

A maioria dos profissionais, 69% (60% DP e 9% DT) discordam que os professores das diferentes disciplinas e níveis de ensino estão preparados para trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal. Já 20% concordam parcialmente com a afirmativa e 8% concordam totalmente. Quando se afirma que o professor não tem conhecimentos suficientes sobre alimentação e nutrição para

trabalhar, como tema transversal, a temática alimentação saudável, quase metade dos profissionais concordam, sendo que dos 48%, 40% concordam parcialmente, e dos 43% que discordam, 37% discordam parcialmente. Porém, mais da metade dos educadores concordam que, em função do excesso de informações disponíveis, não é claro o que significa o conceito 'alimentação saudável'. Dos 52% que concordam com isso, 40% concordam parcialmente, já 17% nem concordam nem discordam, e 32% discordam (20% DP e 11% DT). 60% dos profissionais concordam (43% CP e 17% CT) que os professores se baseiam em seus próprios conhecimentos sobre alimentação para ensinar sobre a temática.

De todos os educadores, 71% concordam que há necessidade da oferta de cursos de especialização para professores sobre o tema alimentação saudável, sendo que desse total, 43% concordam totalmente, e 26% nem concordam nem discordam desta afirmativa. A maioria dos participantes, 63% no total, concorda que os professores não se acham aptos para assumirem o papel de educadores no campo da alimentação quando julgam que seus hábitos alimentares são incorretos, e 26% nem concordam nem discordam disso. A maior parte dos profissionais também concordam, 65% (51% CP e 14% CT) que, os professores se baseiam em suas experiências com alimentação para ensinar sobre a temática, e 23% (17% DP e 9% DT) discordam da afirmativa. 86% (43% CT e 43% CP) dos educadores concordam que a 'pirâmide alimentar' é uma estratégia que pode ser utilizada para trabalhar a temática alimentação saudável em todas as modalidades da educação básica.

Talvez por acreditarem que ensinar sobre alimentação é apontar o certo ou errado, os educadores não se sentem à vontade para falar aos alunos algo que eles mesmos não conseguem realizar. O excesso de informações sobre alimentação por diferentes veículos ou mídias de comunicação levam as pessoas a acreditarem em "superalimentos" e propagarem informações distorcidas, promovendo também os modismos alimentares baseados em tendências e dietas que muitas vezes desmerecem uma alimentação tradicional e equilibrada (BRASIL, 2014, p. 106).

Na verdade cabe ao educador proporcionar a reflexão e pesquisa em boas fontes de consultas quando se trata de alimentos. Os escolares precisam compreender que a alimentação saudável vai além do ato de comer, mas sim, como e quando comemos, para que através de nossas escolhas mais subjetivas possamos

entender que estamos fazendo a manutenção da saúde pessoal, mas que tais escolhas também interferem em outras tantas questões como as sociais e ambientais.

Promover o conhecimento de uma alimentação mais sustentável também deve ser uma das premissas pedagógicas para a educação alimentar dentro de um currículo que visa a formação integral dos indivíduos. Diante das demandas atuais com relação à segurança alimentar, às questões de saúde, ao aumento da população mundial e às questões climáticas do planeta, precisamos refletir e debater sobre a alimentação e tudo que está envolvido com este tema (MARCHIONI et. al., 2021, p.66).

O alimento nos conecta as pessoas, com a nossa história, cultura e com o meio em que estamos inseridos – social e ambiental – e “[...] entender o desenvolvimento da ciência da nutrição pode trazer importante contribuição para o entendimento dos desafios contemporâneos, colaborando no estabelecimento de prioridades em nutrição, ciência e políticas públicas.” (MARCHIONI et. al., 2021, p.66). A escola, como instituição que alcança grande parte da população por muitos anos, tem um papel fundamental para tentar transformar a percepção das pessoas em relação ao consumo individual, e ao sistema de produção e distribuição de alimentos, promovendo a reflexão dos impactos que este processo causa a sociedade e ao meio ambiente.

Consideramos a possibilidade de que o pouco conhecimento com relação à educação alimentar pode ser um dos motivos para falta de engajamento dos professores na pesquisa, pois acreditamos que conhecimento gera interesse e motivação. Quando os educadores apontam a necessidade de formação para trabalhar a educação alimentar, e sugerem, com suas respostas, a importância da colaboração do nutricionista, isso pode estar relacionado não somente à falta de conhecimento sobre a alimentação e nutrição, mas principalmente a uma insegurança causada por uma falta ou “deficiência na formação dos professores quanto aos conteúdos de ciências” (MELLO, MELLO, TORELLO, 2005, p.398), lembrando que a maioria dos participantes são graduados em pedagogia.

A falta de interesse das crianças muitas vezes é proveniente de um planejamento pedagógico insuficiente, que não cria situações para estimular a curiosidade dos alunos. Já a falta de interesse dos professores pode ser uma

formação insuficiente em determinadas áreas. Em relação ao ensino de ciências, consideramos importante uma formação mais ampla e sensibilizadora para os cursos de pedagogia, que é a graduação que forma os profissionais da base da educação básica. Para Kindel (2012), “[...] a ciência poder oferecer um manancial de factos e experiências como um forte componente lúdica” além de ser “parceira” das outras disciplinas e áreas do conhecimento (KINDEL, 2012, pg. 3, 20-21).

Em um mundo onde as crianças são recém-chegadas e tudo é desafiador, a natureza é com certeza uma fonte de descobertas e aprendizagens, onde a ciência está constantemente acontecendo.

As crianças querem saber de que os animais se alimentam, como as plantas crescem, como as águas dos rios se movimentam, quanto tempo viverão as formigas, por que as flores são tão coloridas, por que os beija-flores batem tanto e tão rapidamente as asas, como é o fundo do mar, como é dentro da terra...Enfim, elas querem saber muitas coisas sobre o mundo natural, e certamente é tarefa das ciências ensinar isso. (KINDEL, 2012, p.21)

Ainda segundo Kindel (2012) “A natureza é ‘naturalmente’ colorida, possibilitando sobre ela a construção de um imaginário infantil mais lúdico e relativamente afastado da vida adulta” e reconectar a alimentação com a natureza pode ser um dos caminhos mais acertados para promover a EAN, especialmente na educação infantil.

Nós não vamos ao sitio, à fazenda ou à plantação pegar ou colher nosso alimento. A maioria de nós vai ao supermercado e compra alimentos em uma embalagem. Essa ação é tão automática e subjetiva no nosso dia a dia, que nos esquecemos que tudo vem da natureza. E essa reconexão com a natureza é tão importante quanto fundamental, pois se não sentimos que estamos usufruindo ou consumindo a natureza, logicamente não relacionamos nossas escolhas alimentares com o impacto que elas geram no meio ambiente, ou seja, facilmente nos isentamos da responsabilidade e da ética no sentido coletivo e ambiental.

Sabemos que a forma como os conteúdos são expostos pelos professores é capaz de despertar o interesse dos alunos, ajudando na concentração, imaginação e conseqüentemente a dedicação para realizar as tarefas, favorecendo o ensino e aprendizagem. O encantamento pelos conteúdos vem através de diferentes propostas e dinâmicas, e a forma como é feita a comunicação e trocas entre os educandos e educadores. Mas antes disso é necessário que os professores

conheçam bem os conteúdos que irão trabalhar para viabilizar uma conexão mais ampla e profunda com outros saberes.

Além do conhecimento, é preciso tempo para proporcionar às crianças experiências significativas. Tempo para conversar, questionar e experimentar quantas vezes for necessário o objeto do conhecimento, percebendo-o em suas diferentes formas e possibilidades. Oportunizando experiências capazes de gerar novas relações e significados para as crianças.

Quadro 10 – Formação de professores

Questão	CT	CP	NCND	DP	DT	TOTAL
15- Muitos profissionais da área da educação consideram importante a temática alimentação, entretanto não trabalham por causa da falta de tempo, pela sobrecarga de trabalho, pela falta de conhecimento específico do conteúdo e/ou por não conseguir articular o tema com os conteúdos de suas disciplinas.	13	16	0	4	2	35
	37%	46%	0%	11%	6%	
27- Os professores deveriam ter acesso a um livro ou manual sobre alimentação, contendo sugestões de atividades para trabalhar o conteúdo em sala de aula.	7	21	4	3	0	35
	20%	60%	11%	9%	0%	
28- O livro didático é uma boa fonte de consulta sobre a temática alimentação.	4	13	10	4	4	35
	12%	37%	29%	11%	11%	
32- Os professores das diferentes disciplinas e níveis de ensino estão preparados para trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal.	3	7	1	21	3	35
	8%	20%	3%	60%	9%	
33- O professor não tem conhecimento suficiente sobre alimentação e nutrição para trabalhar, como tema transversal, a temática alimentação saudável.	3	14	3	13	2	35
	8%	40%	9%	37%	6%	
34- Em função do excesso de informações disponíveis, atualmente, para a maioria dos professores, não é claro o que significa o conceito 'alimentação saudável'.	4	14	6	7	4	35

	12%	40%	17%	20%	11%	
35- Os professores se baseiam em seus próprios conhecimentos sobre alimentação para ensinar sobre a temática.	6	15	5	6	3	35
	17%	43%	14%	17%	9%	
38- Há necessidade da oferta de cursos de especialização para professores sobre o tema alimentação saudável.	15	10	9	1	0	35
	43%	28%	26%	3%	0%	
41- Os professores não se acham aptos para assumir o papel de educadores no campo da alimentação quando julgam que seus hábitos alimentares são incorretos.	6	16	9	3	1	35
	17%	46%	26%	8%	3%	
42- Os professores se baseiam em suas experiências com alimentação para ensinar sobre a temática.	5	18	3	6	3	35
	14%	51%	9%	17%	9%	
45- A “pirâmide alimentar” é uma estratégia que pode ser utilizada para trabalhar a temática alimentação saudável em todas as modalidades da educação básica.	15	15	3	1	1	35
	43%	43%	8%	3%	3%	

Fonte: elaborado pela autora.

5 FERRAMENTA DE APOIO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ABORDAGEM EM EAN

A partir das análises dos dados recebidos por meio do grupo focal e do questionário enviado para os educadores, concluímos que os profissionais da educação reconhecem a importância da educação alimentar e nutricional. Porém, diante das demandas que o currículo escolar impõe com outros tantos conteúdos e da falta de formação específica, os profissionais não se sentem aptos e seguros para desenvolver a temática.

Entendemos que a grande demanda de trabalho dos profissionais da Instituição onde a pesquisa foi realizada e a possibilidade de encontros serem apenas de maneira virtual – além de questões que envolvem a saúde física e emocional das pessoas – seria inadequado realizar uma formação neste período, principalmente por constatar a falta de envolvimento do grupo docente com relação à temática alimentação, pelo menos neste momento delicado.

Como já ressaltamos anteriormente, foi preciso reorganizar nosso foco para avançar nesta pesquisa e concluí-lo de maneira que os profissionais da educação sejam contemplados com os frutos deste estudo. Entendemos a importância de realizar uma formação docente eficaz e potente de tal modo que produza, de fato, resultados positivos em relação à educação alimentar e nutricional para todas as etapas da educação básica. Para isso, é preciso que antes haja o interesse dos professores. Porém, após a coleta de dados, compreendemos que a falta de informações sobre o tema alimentação pode ser um dos motivos da dificuldade de engajamento dos profissionais da área da educação.

Por esses motivos, decidimos não realizar a formação, que só poderia ser feita de maneira *on-line*, porém construímos uma ferramenta de consulta para que as pessoas possam saber mais sobre a Educação Alimentar e Nutricional e assuntos relacionados a esta temática.

Portanto, como resposta a instituição que nos acolheu e para comunidade como um todo, elaboramos um *site* como ferramenta de pesquisa e trocas de experiências sobre Educação Alimentar e Nutricional e tudo que se relaciona com a

temática alimentação. O conteúdo do *site* está imbricado diretamente aos estudos realizados e dados obtidos na pesquisa.

Nosso objetivo é justamente aproximar os professores do conhecimento sobre alimentação e chamar atenção desses profissionais, motivá-los e alertá-los com uma abordagem diferenciada, simples e objetiva sobre a importância de trabalhar com a temática alimentação de maneira sistemática, explorando todo seu o potencial interdisciplinar. Abaixo, seguem imagens do site: https://sites.google.com/d/1pNW-1eAN6B7a_hLPM7KhNGV8xiy525y1/p/1O1U1Rc0ILBAwxOrj1sUN7YI-62EP-baz/edit

Figura 2 – Página inicial do site: imagem 1



Fonte: elaboradas pela autora.

Figura 3 – Página inicial do site: imagem 2



Fonte: elaboradas pela autora.

Figura 4 – Página 3 do site



Fonte: elaboradas pela autora.

Figura 5 – Subpágina do site- Atividade culinária



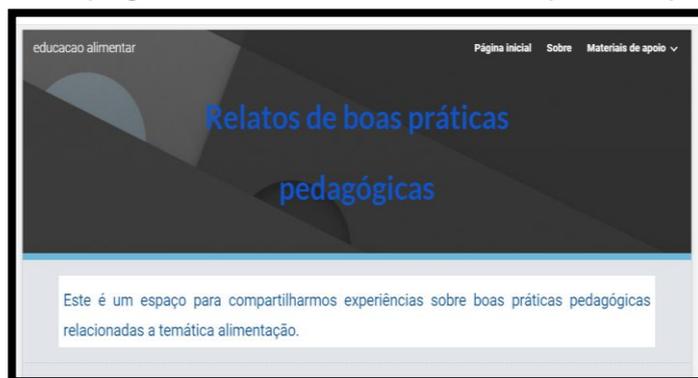
Fonte: elaboradas pela autora.

Figura 6 – Subpágina do site- 10 passos para uma alimentação saudável



Fonte: elaboradas pela autora.

Figura 7 – Subpágina do site: Relatos de boas práticas pedagógicas



Fonte: elaboradas pela autora.

6 CONCLUSÃO

Nosso objetivo inicial com esta pesquisa era compreender trabalhar a educação alimentar e nutricional no currículo escolar da rede de ensino privada de Porto Alegre. Porém, com a pandemia do Covid-19 foi preciso reformular nosso propósito para conseguir dar uma resposta à comunidade escolar que nos acolheu, respeitando as implicações que tal situação trouxe aos profissionais da escola. Por isso, nosso objetivo geral foi de investigar o conhecimento e a adesão às práticas de EAN no ambiente escolar privado e criar uma proposta de trabalho para sensibilizar e instrumentalizar professores acerca dessas práticas.

Acreditamos ter atingido essa meta. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia no ano de 2020 e 2021, a parte inicial desta pesquisa – etapa 1 e 2 – foi realizada ainda em 2019, e nos anos seguintes foi possível coletar mais dados – etapa 3 – e entender como a Escola se organiza para tentar contemplar a educação alimentar em seu currículo e nas ações cotidianas em diferentes tempos e espaços.

Constatamos que, no ensino fundamental, a escola segue as orientações da BNCC trabalhando o conteúdo específico sobre alimentação apenas no currículo do 5º ano. Nos outros anos do ensino fundamental, as professoras podem realizar projetos que envolvem o assunto, mas o foco sempre é para as áreas das linguagens e matemática.

Já na educação infantil a preocupação em desenvolver bons hábitos alimentares desde cedo foi perceptível tanto na entrevista com a coordenadora pedagógica quanto nas professoras que participaram do grupo focal. Porém, as profissionais demonstraram pouco ou nenhum conhecimento específico sobre a legislação e documentos orientadores para promover a EAN, assim como não há formação pedagógica que aborde a temática.

As professoras reconhecem a importância de uma comunicação propositiva com as famílias, reforçando que a boa relação entre escola e a família facilita os processos de ensino e aprendizagens e o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudável para as crianças, assim como o exemplo do adulto é fundamental para as crianças se sentirem seguras e dispostas a enfrentar novas experiências alimentares.

Outra questão fundamental, para nós, foi buscar entender a opinião dos professores sobre a EAN. E, segundo a maioria dos educadores que responderam ao questionário, esses demonstram compreender a importância de trabalhar com a temática alimentação e que a escola é um ambiente propício para isso, tendo papel fundamental no desenvolvimento de bons hábitos alimentares. Esses profissionais acreditam no potencial interdisciplinar da temática alimentação. Porém, a maioria não se sente apta e/ou segura para trabalhar com a educação alimentar.

Alguns motivos podem ser a razão desta insegurança, como sugerem as respostas da grande parte dos educadores, como por exemplo, não haver materiais didáticos como ferramenta de apoio. A falta de formação adequada na área também se torna um “empecilho” para eles trabalharem com o assunto, além de não ter um currículo que organize e oriente os conteúdos para cada ano escolar. Muitos professores também consideram essa temática responsabilidade das professoras da primeira infância ou das disciplinas das áreas das ciências.

Com base em conhecimentos teóricos da educação, ciências e nutrição, da legislação brasileira e documentos orientadores para a promoção da EAN, e na observação e análises dos dados coletados nesta pesquisa, concluímos que os professores bem como a instituição escolar precisa se reinventar para alcançar os objetivos relacionados ao desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis de crianças e adolescentes, contribuindo assim para o bem-estar do indivíduo, mas também contribuindo para o gerenciamento de uma sociedade mais igualitária e consciente de seus direitos e deveres, para assegurar um planeta mais sadio e favorável para todos os seus habitantes. Mas para dar conta disso, é preciso elaborar um currículo que contemple de maneira mais comprometida a educação alimentar e investir seriamente na preparação dos educadores através de uma formação pertinente e relacional.

Concluímos também, a partir desta pesquisa, que a formação adequada em EAN para professores não possibilita somente instrumentalizar os profissionais da educação para trabalhar com a temática, mas possivelmente a formação deve sensibilizar esses profissionais para atuarem intencionalmente, cientes da importância da intervenção da instituição escolar para a manutenção da sociedade, apesar das outras tantas demandas que sugere a prática docente.

Trabalhar a educação alimentar e nutricional de maneira instigante e prazerosa para ampliar os saberes dos alunos de modo que os mesmos façam relações mais profundas e complexas, gerando neles uma consciência alimentar mais crítica, e assim, suas ações visem tanto a autonomia nas práticas alimentares individuais, como a responsabilidade coletiva.

Assim, sugerimos três objetivos a serem observados para um planejamento prático em EAN:

- Valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, provocando e estimulando o olhar crítico sobre as diferentes questões relacionadas à alimentação, bem como estimular a atitude responsiva e autônoma do educando sobre os cuidados de si e do outro;
- Estimular a integração e a interação de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade, e, sempre quando possível, a transdisciplinaridade;
- Promover aprendizagens significativas e práticas considerando o conhecimento como agente transformador da realidade em que os alunos estão inseridos, ressaltando que, além da manutenção das necessidades básicas do ser humano, a alimentação também proporciona o conhecimento e apreciação de diferentes culturas e histórias, acolhimento afetivo e o bem-estar das pessoas. Portanto, uma ação que pode além de nutrir, pode e deve ser prazerosa.

A instituição escolar detém um potencial de transformação para o ser humano que muitas vezes é desconsiderado em sua totalidade pela sociedade. É fato que a escola, alinhada com a família, colabora para a formação integral dos indivíduos, e por este motivo precisa expor e reafirmar sempre a importância das ações coletivas e individuais para o bem da sociedade, relacionando as temáticas do cotidiano escolar às diferentes áreas do conhecimento para estabelecer soluções possíveis às necessidades do indivíduo, da sociedade e do planeta.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. Ciência em tela- Volume 2, número 2; 2009.

ACIOLY- RÉGNIER, Aurino Lima Ferreira Nadja Maria. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. Educar, Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010. Editora UFPR.

ANDRADE, D.E.G. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de escolas públicas e privadas do ensino fundamental da cidade de Franca - SP e alguns fatores de risco associados [dissertação]. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2006.

BACKES, Dirce Stein; **COLOMÉ**, Juliana Silveira; **ERDMANN**, Rolf Herdmann; **LUNARDI**, Valéria Lerch; Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. O MUNDO DA SAÚDE, São Paulo: 2011.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. 316 p.

BARBOSA, Derly; **FAZENDA**; Ivani (org.). A competência do educador popular e a interdisciplinaridade do conhecimento: práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio; **MACHADO**, Neila Maria Viçosa; **SOARES**, Maria Cláudia Veiga; **PINTO**, Anelise Regina Royer. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 937-945, abr. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63026309005.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BEZERRA, José Arimatea Barros Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes / José Arimatea Barros Bezerra. – Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.:il.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi; **LEDER**, Lídia. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Rev. Nutr. Campinas, 18(5):661-667, set./out., 2005.

BOOG, Maria Cristina Faber. Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. Saúde em Revista 17. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos/ Ministério da saúde, Secretaria de Atenção primária à saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 265 p.: il.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola os alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm. Acesso em: 20/05/2022

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: ministério da saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.: il.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015, institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

BRASIL. Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular: BNCC.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 152 p. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj4tpKDmNz2AhUhr5UCHQzeBm0QFnoECAQQAQ&url=https%3A%2F%2Fbvsm.sau.gov.br%2Fbvsm%2Fpublicacoes%2Fmanual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf&usg=AOVaw1S42eFyZgQ7LpfrRSAN2z. Acesso em 01 out 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Biblioteca Virtual em Saúde, 2006. Disponível em:
https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL; LEÃO, Marília (org.). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. Disponível em
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 30 de jan.2022.

BRASIL. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Casa Civil, 2020. Disponível em:
<https://www.fn.de.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos et al. (org.) Módulo 10: alimentação e nutrição no Brasil I. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 93 p.

BOFF, Eva Teresinha de Oliveira; **BERNARD**, Aline; **CARVALHO**, Graça Simões de. Promoção da alimentação saudável no contexto do livro didático e do fazer docente. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade. Revista Eletrônica de Educação, v.15, p. 1-22, jan./dez. 2021. ISSN 1982-7199, DOI. <http://dx.doi.org/10.14244/198271994910>.

CALDEIRA, F. Consumo Alimentar em Presidente Prudente- SP: subsídios para políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; 2008

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici; **MONEGO**, Estelamaris Tronco; **MENEZES**, Ida Helena Carvalho Francescantonio; **SILVA**, Priscila Olin. Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia? Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-7, 2015. DOI 10.1590/1414-462X201500010006.

CAVALCANTE, Jamille Moreira; **COSTA NERES**, Juliana da. LETRAMENTO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR: A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA COMO SUSTENTABILIDADE SOCIAL. 2016.

COURA, Camila Pinheiro. Expansão do universo alimentar de pré-escolares: estudo de intervenção. Orientadoras: Rosângela Alves Pereira; Luana Silva Monteiro. 2019. Tese (Doutorado) - Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Declaração universal dos direitos humanos

<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHRTranslations/por.pdf>

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.

GERHARDT, Tatiana; **SILVEIRA**, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=\(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCZA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCZA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false)

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro Efetividade ou ideologia. 6ª edição: de 2011. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não- Cartas a quem ousa ensinar. Ed. Olho d'Água- 1ª ed.1993. São Paulo- SP. 2002. **DE PAULA**, Sandra Regina; **FARIA** Moacir Alves de. Afetividade Na Aprendizagem. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 1 – nº 1 - 2010

HALMANN, Adriane Lizbehd. Formação docente para a educação alimentar e nutricional para o enfrentamento do contexto pós-pandêmico junto à comunidade escolar. Raízes e Rumos, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 10-28, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/raizeserumos/issue/view/405/155>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KAUFMAN, Arthur. Alimento e emoção. ComCiência Nº.145 Campinas fev/ 2013.

KINDEL, Eunice Aita lasia. Práticas pedagógicas em CIÊNCIAS: Espaço, tempo e corporeidade. Ilustrações de Eloar Guazzelli. Erechim: Edelbra, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo- SP. Ed.Cortez,2008.

LOGUERCIO, Rochele de Quadros. **DEL PINO**, José Cláudio. Contribuições da História e da Filosofia da Ciência para a construção do conhecimento científico em contextos de formação profissional da química. ACTA SCIENTIAE – v.8 – n.1 – jan / jun. 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar* Em Aberto. Brasília, ano 12, n.58. abr./jun. 1993.

LOPES, Alice. REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO: as relações entre senso comum, saber popular e saber escola Em Aberto. Brasília, ano 12, n.58. abr./jun. 1993.

LOPES, Alice. CONTRIBUICÓES DE GASTON BACHELARD AO ENSINO DE CIENCIAS. ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS, 1993, 11 (3), 324-330.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. Projeto História. São Paulo, (11), novembro, 1994.

LUCENA, Bruno Pinho de; **MEDEIROS**, Thayná Kelly Formiga de; **FERREIRA**, Maria Andréa Amorim. A importância da educação nutricional na escola. CONEDU- VI Congresso nacional de educação. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA16_ID12760_23092019223645.pdf Acesso em: julho de 2022.

MARCHIONI, Dirce Maria; **CARVALHO**, Aline Martins de; **VILLAR**, Betzabeth Slater. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. Revista USP- São Paulo, n. 128 p. 61-76. janeiro/fevereiro/março 2021.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n.16. p. 145-156, dezembro de 2001.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; **PORTE**, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

MALDONADO, Luciana; **FARIAS**, Silvia Cristina; **DAMIÃO**, Jorginete de Jesus; **CASTRO**, Luciana Maria Cerqueira; **SILVA**, Ana Carolina Feldenheimer da; **CASTRO**, Inês Rugani Ribeiro de; Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Cad. Saúde Pública, [s. l.], v. 37, sup. 1, 2021. DOI 10.1590/0102-311X00152320.

MARCHESAN, Claudia; **PIASETZKI**, Cláudia Thomé da Rosa; **BOFF**, Eva Teresinha de Oliveira; **BIANCHI**, Vidica. Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao Currículo Escolar. Revista educação, ciência e cultura, Canoas, RS, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8893>. Acesso em: abril de 2022.

MARTINELLI, Suellen Secchi; **CAVALLI**, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. Revisão. Ciênc. Saúde coletiva, [s. l.], v. 24, n. 11, nov. 2019.

MELLO, Fernanda Torello de; **MELLO**, Luiz Henrique Cruz de; **TORELLO**, Maria Beatriz de Freitas. A PALEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

ALFABETIZANDO E CONSTRUINDO O CONHECIMENTO - Ciência & Educação, v. 11, n. 3, p. 395-410, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; **GUERRIERO**, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. Ciência & Saúde Coletiva, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque; **GALIAZZI**, Maria do Carmo. ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: PROCESSO RECONSTRUTIVO DE MÚLTIPLAS FACES. Ciência & Educação, v. 12, n.1, p. 117-128, 2006 Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio,1942. Terias de aprendizagem. 2 Ed. Ampl.- [Reimpr.] – SP: E.P.U., 2018.

MOREIRA, A. F.; **SILVA**, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade. [s.l.]: Cortez, 2008.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar e reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA C.L; FISBERG M. obesidade na infância e adolescência: uma verdadeira epidemia. Arq Bras Endocrinol Metab. 2003;47(2):107-8.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*. DIAS, Cristiane. E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital. Campinas: UNICAMP, 2013. (Série e-urbano. 2). Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022. Consultada no Portal Labeurb: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>. Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas.

POMBO, Olga. EPISTEMOLOGIA DA INTERDISCIPLINARIDADE. UNIOESTE Campus FOZ DO IGUAÇU v. 10 - nº 1 - p. 9-40 1º sem. 2008

PAULA, Sandra Regina de; **FARIA**, Moacir Alves de. Afetividade Na Aprendizagem. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 1 – nº 1 - 2010

PIETRUSZYNISKIL, Ellen Beatriz; **ALBIERO**, Karine Andrea; **PÖPPER**, Grasiela; **TEIXEIRA**, Patrícia Fonseca. Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 13, n. 2, p. 223-229, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/15348/8237>. Acesso em:15 out. 2021.

POPKIN, BM; ADAIR, LS; SHU WN. Now and Then: The Global Nutrition Transition: The Pandemic of Obesity in Developing Countries. *Nutr Rev.* January; 70(1): 3–21, 2012.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lilian M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. *Jornal de Pediatria*, [s. l.], v. 76, 2000. Suplemento 3.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.216, de 30 de julho 2018. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/lei%2015.216.pdf>. Acesso em: maio de 2022.

SANTOS, K. M.; **MARTINS**, M. L.; **MARINHO**, L. C. S.; **SOBRINHO**, S. A. G. V.; **ALVES**, I. L. C.; **SANTOS**, M. A. Alimentação de crianças em ambiente escolar: uma visão interdisciplinar. *Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 6, n. 2, p. 85-91, 2019.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

SASSERON, Lúcia Helena; **CARVALHO**, Anna Maria Pessoa de. Alfabetização Científica: Uma revisão bibliográfica. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. *Investigações em Ensino de Ciências – V16(1)*, pp. 59-77, 2011.

SCARPARO, Ana Luisa Sander. Crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde [tese]. Porto Alegre (RS), junho de 2017.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica P.15-25. 1999.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: As Muitas Facetas, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita, *Revista Brasileira de Educação*, outubro de 2003.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. **LEITE**, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2013.

TEIXERA, Francimar Martins. Alfabetização científica: Questões para reflexão. Ciênc. Educ., Bauru, v. 19, n. 4, p. 795-809, 2013.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: Um novo olhar sobre as ciências. Ed. Cortez. Acesso realizado em 12/06/2021:
http://www.uece.br/fafidamwp/wpcontent/uploads/sites/35/2019/03/texto_interdisciplinaridade_novo_olhar_ciencias_trindade.pdf

VASCONCELOS, Mário Sérgio. Afetividade na escola: Alternativas teóricas e práticas. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 616-620, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

WISNIEWSKI, Maurício. O comer consciente: Perspectivas para a educação alimentação na infância. 2007.

Apêndices

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa, “Educação Alimentação e Nutricional e Formação de Professores” sob responsabilidade da pesquisadora Hayde Raquel Lorenzi, orientada pelo Profº Dr. José Claudio Del Pino, tendo como objetivo capacitar os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Colégio Santa Inês, o ensino da temática Educação Alimentar e Nutricional, promovendo uma formação qualificada que visa a melhoria das práticas pedagógicas e ações para a comunidade escolar. Para a realizar este trabalho serão utilizados questionários específicos para obtenção de informações importantes. Em um segundo momento, será realizado um grupo de reflexão com o grupo de educadores para obter dados e informações relevantes para a estruturação da formação propriamente dita. Posteriormente, serão realizados encontros de formação para a qualificação dos profissionais da escola. Para conhecimento geral, afirma-se neste termo, que será mantido sob sigilo absoluto, todos os dados de identificação dos sujeitos da pesquisa, utilizando-se apenas, para divulgação, dados inerentes ao desenvolvimento da pesquisa. Após o término da pesquisa, todo material recolhido, como por exemplo, fotos, filmagens e gravações, será destruído, com o objetivo de não restar nada que comprometa o anonimato de sua participação. O senhor/a terá a garantia de sigilo total de suas informações pessoais e de imagens. Os questionários serão aplicados de maneira individual, garantindo a liberdade de resposta de cada indivíduo. Caso haja alguma dúvida ou empecilho em algum momento do estudo, o pesquisador estará à disposição para esclarecer o que for necessário para dar continuidade ao processo. Todos os gastos relacionados a pesquisa, serão de responsabilidade da pesquisadora, deixando claro desde já, que não haverá nenhum custo para os participantes. No caso de dúvidas e para qualquer tipo de esclarecimento, procurar a pesquisadora através do e-mail hayquelorenzi@gmail.com ou pelo telefone: (51)991448343.

Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu _____,
ciente da finalidade deste estudo e dos meus direitos enquanto participante, concordo em participar desta pesquisa, assim como autorizo a divulgação das informações por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Assino este termo, juntamente com a pesquisadora, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora.

Local: Data: ____/____/____

Assinatura do Sujeito ou responsável

Assinatura da Pesquisado

Entrevista com a coordenação pedagógica

A presença da temática alimentação saudável nas práticas pedagógicas:

As reuniões pedagógicas e encontros de formação, como jornadas pedagógicas, acontecem com qual frequência na escola e como funcionam?

A equipe docente conhece a legislação que prevê a ação de EAN no ambiente escolar?

Os professores realizam algum tipo de formação ou capacitação relacionada a temática “alimentação”?

A escola incentiva o trabalho pedagógico com a temática “Alimentação” ou fica a critério de cada professor trabalhar ou não com seus alunos?

É utilizado algum material específico na elaboração de atividades com e temática “alimentação”? Quais são os materiais utilizados?

Há cultivo de horta como espaço pedagógico? Quem são os responsáveis pela manutenção deste espaço?

São realizadas oficinas e atividades culinárias com as crianças? Com qual frequência e em quais situações?

Há um planejamento com ações educativas programadas sobre alimentação?

Qual a participação e interesse de pais e responsáveis quando a escola promove atividades relacionadas a alimentação saudável?

Qual a participação e envolvimento de profissionais da área de nutrição junto as crianças?

Há participação de profissionais da área da nutrição na realização das atividades realizadas na escola?

Entrevista com a direção

1 Informações gerais da escola:

Identificação:

Número de alunos:

Número de funcionários:

Número de professores:

2 Estrutura física e recursos humanos:

- Quantos e quais são os espaços destinados à alimentação dos alunos?
- Em qual momento se dá a alimentação dos alunos? Quanto tempo é destinado para realizarem o lanche/refeições? Há algum tipo de supervisão durante estes momentos?
- Quem são os profissionais envolvidos na alimentação dos alunos?
- A escola tem um responsável técnico/ nutricionista responsável?

3 Escola e a relação com a comunidade escola:

- São realizadas ações educativas envolvendo a temática da alimentação saudável, para os escolares e para a comunidade escolar? Quais? Com qual frequência?
- Como a escola promove e/ou incentiva a alimentação saudável junto à comunidade escolar?

Durante a reunião, será solicitada cópia do projeto político pedagógico (PPP) para posterior avaliação.

Anexos

Questionário: Ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar

Prezado(a) professor(a)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar privado: investigação das práticas educativas e a formação dos professores.

A pesquisa tem como objetivo capacitar os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ensino da temática Educação Alimentar e Nutricional. Espera-se ainda contribuir para uma formação qualificada que visa a melhoria das práticas pedagógicas e ações para a comunidade escolar.

Ao clicar em "enviar formulário" você estará aceitando participar da pesquisa, disponibilizando os dados preenchidos para serem utilizados para fins acadêmicos e divulgados por meio de artigos científicos e publicações em revistas e eventos na área de educação e/ou nutrição. Não é necessário se identificar. As informações, quando utilizadas, terão como preceito o sigilo, o anonimato e preservarão sua integridade física e moral. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

O tempo médio de preenchimento do questionário é de, aproximadamente, 10 a 15 minutos, devendo ser respondido em sua totalidade, pois o programa não permite salvar para continuar posteriormente.

Agradecemos a sua atenção e a disponibilidade de contribuir com essa pesquisa.

Contato: (51) 991448343 ou e-mail: hayquelozenzi@gmail.com

Mestranda: Hayde Raquel Lorenzi

Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - PPGQVS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Orientador: Prof^o. Dr. José Cláudio Del Pino (PPGQVS - UFRGS)

Coorientadora: Prof^a. Dr. Luciana Dias de Oliveira (Faculdade de Medicina - Graduação em Nutrição - UFRGS)

*Obrigatório

1. E-mail *

1. Caracterização do participante

2. 1.1 Idade

3. 1.2 Gênero

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

2 Profissional

4. 2.1 Função exercida

3 Formação acadêmica e atuação na educação básica

5. 3.1. Assinale qual a sua habilitação.

Marcar apenas uma oval.

Licenciatura

Bacharelado e Licenciatura

Outro

6. 3.1.2. Em qual(is) curso(s) você se graduou?

7. 3.1.3. Ano de conclusão da graduação:

8. 3.1.4. Formação acadêmica:

Marcar apenas uma oval.

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: _____

9. 3.2.1 Qual o tempo de atuação na educação básica:

10. 3.2.2 Com qual(is) modalidade(s) de ensino você atua e/ou atuou:

Marcar apenas uma oval.

- Educação infantil
- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Outro: _____

11. 3.2.3 Qual(is) rede(s) de ensino você atua e/ou atuou:

Marcar apenas uma oval.

- Particular
- Particular e pública
- Outro: _____

Orientações para preenchimento:

Por favor, a seguir, leia as afirmativas (em negrito) e informe o seu grau de concordância ou discordância com cada uma delas.

Caso você nem concorde nem discorde com a afirmação proposta, assinale a alternativa "Nem concordo nem discordo".

Obs: para todas as afirmativas são apresentadas as mesmas opções de resposta e na mesma ordem.

12. **1. A escola é um local adequado para auxiliar a criança a desenvolver hábitos alimentares saudáveis.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

13. **2. A escola é um local adequado para a criança aprender sobre alimentação saudável.** *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

14. 3. Ensinar aos escolares quais são os alimentos que compõem uma alimentação saudável é uma das funções da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

15. 4. A alimentação na escola tem uma função pedagógica. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

16. 5. Deveria ser proibida a existência de bares e cantinas nas escolas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

17. 6. A existência de bares e cantinas nas escolas deveria ser condicionada à venda exclusiva de alimentos saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

18. 7. Os escolares não comprariam alimentos e bebidas nos bares e cantinas se esses comercializassem apenas produtos saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

19. 8. Os escolares têm interesse em atividades que envolvem a temática alimentação saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

20. 9. Os escolares não reconhecem a importância de ter uma boa alimentação. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

21. 10. Os escolares têm uma alimentação adequada em casa. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

22. 11. Os escolares têm uma alimentação adequada na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

23. 12. Os escolares não gostam de consumir alimentos saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

24. 13. É papel dos pais e não dos professores ensinar as crianças a terem uma boa alimentação. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

25. 14. Informações sobre alimentação saudável influenciam nas escolhas alimentares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

26. 15. Muitos profissionais da área da educação consideram importante a temática alimentação, entretanto não trabalham por causa da falta de tempo, pela sobrecarga de trabalho, pela falta de conhecimento específico do conteúdo e/ou por não conseguir articular o tema com os conteúdos de suas disciplinas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

27. 16. Trabalhar o tema alimentação saudável, no ambiente escolar, não irá modificar os hábitos alimentares dos escolares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

28. 17. Em função dos conteúdos curriculares, o tema alimentação saudável deve ser trabalhado, preferencialmente, nas disciplinas de Ciências Biológicas e de Educação Física. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

29. 18. O tema alimentação saudável deve ser trabalhado de forma transdisciplinar nas disciplinas que compõem o currículo. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

30. 19. A alimentação saudável é um tema transversal e interdisciplinar, pois nenhuma área do conhecimento isoladamente tem condições suficientes para explicá-la. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

31. 20. O tema alimentação saudável constitui uma possibilidade para efetivar a articulação e integração das áreas do conhecimento na organização do currículo escolar. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

32. 21. Em função do excesso de conteúdos programados para serem abordados durante o ano letivo, não é possível trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

33. 22. A temática alimentação saudável deve ser trabalhada na escola, preferencialmente, pelo Nutricionista. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

34. 23. Deve existir uma disciplina específica para trabalhar a temática alimentação saudável com os escolares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

35. 24. Para os escolares aprenderem sobre alimentação saudável, não é suficiente trabalhar a temática de forma transversal e interdisciplinar. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

36. 25. A temática alimentação saudável deve ser trabalhada na educação integral, no turno inverso, em oficinas específicas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

37. 26. Em função dos hábitos alimentares serem formados nos anos iniciais da infância, os professores da Educação Infantil são os mais indicados para trabalhar a temática alimentação saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

38. 27. Os professores deveriam ter acesso a um livro ou manual sobre alimentação, contendo sugestões de atividades para trabalhar o conteúdo em sala de aula. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

39. 28. O livro didático é uma boa fonte de consulta sobre a temática alimentação. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

40. 29. A temática alimentação saudável deveria ser trabalhada pelo professor com o auxílio técnico do nutricionista. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

41. 30. É recomendável que o Ministério da Educação defina, para cada área do conhecimento ou disciplina, o conteúdo sobre alimentação a ser abordado pelo professor. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

42. 31. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais reúnem princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as propostas curriculares das escolas, deveria ser criada uma diretriz específica para a Educação Alimentar e Nutricional. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

43. 32. Os professores, das diferentes disciplinas e níveis de ensino, estão preparados para trabalhar a temática alimentação saudável como tema transversal. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

44. 33. O professor não tem conhecimentos suficientes sobre alimentação e nutrição para trabalhar, como tema transversal, a temática alimentação saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

45. 34. Em função do excesso de informações disponíveis, atualmente, para a maioria dos professores não é claro o que significa o conceito 'alimentação saudável'. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

46. 35. Os professores se baseiam em seus próprios conhecimentos sobre alimentação para ensinar sobre a temática. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

47. 36. As atitudes do professor com relação à alimentação, no ambiente escolar, *
influenciam na alimentação dos seus alunos.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

48. 37. Deveria existir no currículo dos cursos de licenciaturas, das diferentes *
áreas, uma disciplina que abordasse e discutisse o conceito 'alimentação
saudável'.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

49. 38. Há necessidade da oferta de cursos de especialização para professores *
sobre o tema alimentação saudável.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

50. 39. Os professores devem consumir na escola somente alimentos saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

51. 40. Os professores são os profissionais mais indicados para trabalhar o tema alimentação com crianças e adolescentes. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

52. 41. Os professores não se acham aptos para assumir o papel de educadores no campo da alimentação quando julgam que seus hábitos alimentares são incorretos. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
 Concordo Parcialmente
 Nem concordo nem discordo
 Discordo Parcialmente
 Discordo Totalmente

53. 42. Os professores se baseiam em suas experiências com alimentação para ensinar sobre a temática. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

54. 43. O tipo de alimento ofertado na escola, seja na alimentação escolar e/ou no bar/cantina/lanchonete, influencia os hábitos alimentares dos escolares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

55. 44. Abordar o tema transversal 'Educação Alimentar e Nutricional' consiste em trabalhar com os escolares o conteúdo alimentação saudável, em sala de aula. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

56. 45. A 'pirâmide alimentar' é uma estratégia que pode ser utilizada para trabalhar a temática alimentação saudável em todas as modalidades da educação básica. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

57. 46. Para modificar o hábito alimentar de uma pessoa, basta que ela aprenda sobre os nutrientes que cada alimento contém. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

58. 47. A alimentação da criança é reflexo da alimentação dos adultos com quem ela convive. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

59. 48. O ensino da alimentação saudável tem como objetivos construir a noção de alimentação saudável, favorecer a autonomia alimentar e melhorar a alimentação dos escolares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

60. 49. O ensino da alimentação saudável não ocorre somente dentro da sala de aula. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

61. 50. Ações pontuais na escola, como as palestras, não são suficientes para melhorar a alimentação dos escolares. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

62. 51. O ensino da alimentação saudável deve favorecer o consumo de alimentos * naturais e desaconselhar o consumo de industrializados.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

Agradecemos a disponibilidade de contribuir com essa pesquisa.

63. Neste espaço, você pode registrar sugestões, contribuições, reflexões que julgar necessárias e/ou pertinentes.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários